



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2024 - PROCESSO Nº 222/2024

DATA DA REALIZAÇÃO: 16 de agosto de 2024

INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 30 de julho de 2024

FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO 16 de agosto de 2024 às 08h00 (oito horas)

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 16 de agosto de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos)

LOCAL: PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PREGÃO NO SITE www.bll.org.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF)

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA**, pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ nº 46.599.809/0001-82, com sede na Rua Pará nº 3.227 - Patrimônio Velho, nesta cidade de Votuporanga/SP, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possa interessar, a abertura de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **"Menor Preço" por ITEM**, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL" (www.bll.org.br), nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do Decreto Federal nº 11.462/23, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações (https://www.votuporanga.sp.gov.br/portal/leis_decretos) e demais normas pertinentes à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital.

O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site: www.votuporanga.sp.gov.br, na plataforma eletrônica: www.bll.org.br. e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. Maiores Informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Materiais Hidráulicos** para diversas Secretarias, durante o período de 12 (doze) meses.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**. Observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O objeto acima mencionado é composto por **111 (cento e onze) ITENS**, conforme quantidades definidas e especificações mínimas abaixo e constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP:

ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
01	01	001.053.315	UND	106	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 25x3/4'
02	02	001.053.316	UND	90	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 50x1 1/2'
03	03	001.007.552	PT	143	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água fria, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.
04	04	001.007.898	UND	168	Boia para caixa d'agua 1/2"
05	05	001.007.900	UND	184	Boia para caixa d'agua 3/4".
06	06	001.054.729	UND	51	Joelho 90° PVC 1' para esgoto 32 mm.
07	07	001.054.730	UND	50	Joelho 90° PVC 1/2" para esgoto 20 mm.
08	08	001.053.484	UND	36	Joelho de PVC rígido, 90 graus, diâmetro 100mm (4'), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.
09	09	001.053.010	PÇ	45	Joelho de pvc, para esgoto, 45° - 100mm, 1ª linha.
10	10	001.007.811	UND	64	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 20mm (1/2') x 1/2', cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.
11	11	001.054.734	UND	78	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 25 mm (3/4') x 1/2', cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.
12	12	001.054.731	UND	81	Registro de Esfera Soldável 25 mm ou 3/4".
13	13	001.054.095	UND	365	Sifão flexível, de polipropileno, acabamento PVC, sanfonado universal, múltiplo uso (lavatório, pias e tanques), com bitola de saída adaptável para 50mm e 40mm, entrada adaptável para 1', 1.1/4' e 1.1/2'.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
14	14	001.053.158	UND	68	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
15	15	001.053.533	UND	46	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 20mm (1/2') x 1/2', cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.
16	16	001.007.855	UND	64	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 25mm (3/4') x 1/2', cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.
17	17	001.007.794	UND	66	Tubo de esgoto PVC, branco, 3' (barra) 75mmx6m
18	18	001.053.972	BR	47	Tubo de PVC marrom, soldável, de 32mm (1'), em barra de 6 metros, 1ª linha.
19	19	001.053.418	BR	20	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2'), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.
20	20	001.053.943	BR	91	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4'), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.
21	21	001.007.009	MT	50	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 40mm (1.1/2'), cor branca, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.
22	22	001.053.936	UND	65	Válvula plástica para lavatório; com unho; cor branca; bitola 1' (7/8'); 1ª linha.
23	23	001.053.384	UND	106	Válvula tipo americana cromada para pia.
24	24	001.053.804	UND	80	Kit reparo completo para válvula de descarga 1.1/2' marca Docol.
25	25	001.054.039	UND	167	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação DOCOL.
26	26	001.053.815	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 100mm (4'), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.
27	27	001.054.828	UND	50	Cotovelo em PVC, na cor azul, 3/4 para 1/2", com rosca de metal, 1ª linha.
28	28	001.007.964	UND	30	Plug em PVC, de 1/2' com rosca, 1ª linha.
29	29	001.053.176	UND	20	Plug em PVC, de 3/4' com rosca, 1ª linha.
30	30	001.053.081	RL	137	Fita veda rosca 18mm x 50m (compatível com Polytubes MA 035).
31	31	001.007.627	UND	105	Ligação flexível de PVC, 50cm de comprimento, bitola 1/2', com niple de 1/2' e 02 borrachas de vedação (sem canopla), cor branca, para instalação hidráulica de lavatório, utilizada para água fria.
32	32	001.007.135	UND	49	Mecanismo de entrada de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 263mm; 1ª linha.
33	33	001.007.136	UND	69	Mecanismo de saída de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 243mm e 90mm; 1ª linha.
34	34	001.054.732	UND	42	Registro de Esfera Soldável 20 mm ou 1/2".
35	35	001.007.996	UND	36	Registro de gaveta em ferro 3/4 com acabamento.
36	36	001.053.966	UND	81	Reparo para válvula docol - completo 1 1/2"; 1ª linha.
37	37	001.053.369	UND	29	Sifão Sanfonado Universal Triplo; indicado nas ligações de pias de cozinha, armários de banheiros, lavatórios e tanques; fabricado em polipropileno (não aderente a gordura); pode ser facilmente retirado para limpeza; disponível com anel plástico ou anel metal; DN 38 - para diâmetro interno de tubo de 40; DN 40 - para bolsa de conexão de esgoto de 40; DN 48 - para diâmetro interno de tubo de 50; DN 50 - para bolsa de conexão de esgoto 50; disponível nas cores branco e prata; 1ª linha.
38	38	001.053.125	UND	50	Tubo de ligação cromado para acabamento vaso sanitário.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
39	39	001.067.092	UND	107	Válvula para lavatório de metal com tampa; acabamento cromado; comprimento: 7cm x diâmetro: 5,5 cm; rosca 7/8; acompanha borrachas de vedação.
40	40	001.054.896	UND	121	Engate flexível em aço inox, 1/2 polegada com canopla, para entrada de água, comprimento de 60cm.
41	41	001.067.082	UND	156	Sifão sanfonado PVC, com copo universal ajustável flexível, branco.
42	42	001.067.027	UND	129	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação HIDRA.
43	43	001.053.110	UND	84	Anel de vedação para saída de vaso sanitário. Composição: cera a base de petróleo, reforçado com uretano e polietileno; com guia de instalação.
44	44	001.053.524	UND	111	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 1/2", cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.
45	45	001.053.832	UND	54	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 3/4", cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.
46	46	001.053.946	UND	185	Vedante para torneira, bitola de 1/2", composto de pino de metal e vedação em PVC.
47	47	001.053.542	UND	215	Vedante para torneira, bitola de 3/4", composto de pino de metal e vedação em PVC.
48	48	001.054.669	UND	33	Adaptador com flange em PVC, 2".
49	49	001.007.226	UND	33	Adaptador com flange, PVC 1" e 1/2"
50	50	001.007.879	UND	47	Adaptador de PVC com flange, diâmetro 25mm x 3/4"; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.
51	51	001.053.856	UND	37	Adaptador de PVC com flange, diâmetro de 32mm x 1"; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.
52	52	001.053.676	UND	37	Bucha de redução 50mm x 32mm (1.1/2" x 1"), longa, em PVC marrom.
53	53	001.054.811	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetro de 60 mm x 50 mm, cor marrom, 1ª linha.
54	54	001.053.510	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetros de 32mm x 25mm (1" x 3/4"), cor marrom, 1ª linha.
55	55	001.053.959	UND	61	Bucha de redução PVC marrom, de 25mm x 20mm (3/4" x 1/2"), 1ª linha.
56	56	001.053.538	UND	31	Cap de PVC rígido soldável, diâmetro de 50 mm, cor marrom, para utilização em instalação predial de água fria.
57	57	001.054.659	UND	27	Joelho de PVC 45° para esgoto, branco, 50 mm, 1ª linha.
58	58	001.054.973	UND	27	Joelho de PVC rígido, 45 graus, diâmetro 40 mm (1.1/2"), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.
59	59	001.053.106	UND	45	Luva azul 3/4.
60	60	001.007.779	UND	166	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (3/4), cor marrom.
61	61	001.007.646	UND	30	Luva de pvc, de correr, para esgoto, 40mm com 2 aneis de vedação
62	62	001.067.063	UND	31	Luva de redução; 50mm x 32mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.
63	63	001.053.744	UND	27	Luva de redução; 60mm x 50mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.
64	64	001.007.428	UND	55	Luva de união marrom 1 1/2" (50mm); soldável; 1ª linha.
65	65	001.053.955	UND	46	Luva PVC LR azul 1/2".
66	66	001.007.675	PÇ	28	Registro de esfera soldável em PVC; bitola 50mm (1 1/2); pressão máxima 10 kgf/cm²; 1ª linha.
67	67	001.053.929	UND	73	Reparo para válvula fabricar - completo 1 1/2"; 1ª linha.
68	68	001.053.550	UND	58	Reparo para válvula hidra 1 1/2"; 1ª linha.
69	69	001.053.962	UND	53	Reparo para válvula oriente - completo 1 1/2"; 1ª linha.
70	70	001.007.640	UND	54	Te de PVC 40mm (1.1/2"), branco, para esgoto, 1ª linha.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
71	71	001.053.809	UND	91	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
72	72	001.054.557	UND	22	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 60 mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
73	73	001.054.988	UND	34	TE de PVC roscável branco, 1/2.
74	74	001.054.987	UND	39	TE de PVC roscável branco, 3/4.
75	75	001.053.109	UND	274	Tubo de ligação bitola de 1.1/2 em plástico, do tipo ajustável com espude para uso em vasos sanitários, medindo 25cm.
76	76	001.053.812	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (2'), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.
77	77	001.053.237	UND	31	Bucha de redução de ferro galvanizado, diâmetro principal de 25mm (3/4'), diâmetro de redução de 20mm (1/2'), para utilização em instalações hidráulicas.
78	78	001.007.771	UND	36	Cotovelo 90° galvanizado 2".
79	79	001.007.772	UND	190	Cotovelo em PVC de 3/4" marrom, soldável.
80	80	001.053.336	UND	115	Curva de PVC 45°, soldável, cor marrom, 25mm, 1ª linha.
81	81	001.007.799	UND	20	Engate plástico de 1/2 x 0,50cm
82	82	001.067.080	UND	81	Joelho 45° PVC marrom soldável - 50mm.
83	83	001.007.118	UND	35	Joelho PVC 25mm x 1,2', azul.
84	84	001.053.942	UND	157	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
85	85	001.053.950	UND	76	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 32mm (1'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
86	86	001.007.491	UND	28	TE interno 90 politileno: 1', azul.
87	87	001.053.117	BR	39	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (1.1/2'), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.
88	88	001.067.078	UND	85	Joelho 45° PVC marrom soldável - 25mm.
89	89	001.067.079	UND	76	Joelho 45° PVC marrom soldável - 32mm.
90	90	001.053.790	UND	86	Joelho, 90 graus, PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
91	91	001.053.726	UND	148	Luva de PVC rígido, diâmetro 25mm (3/4'), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.
92	92	001.054.733	UND	35	Registro de gaveta, base 3/4".
93	93	001.053.851	UND	21	Adaptador de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (1') x 1', cor marrom, curto com bolsa e rosca registro, para ser utilizada em instalação predial de água fria.
94	94	001.053.421	FR	90	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água quente, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.
95	95	001.053.786	UND	71	Bucha de redução longa, de PVC rígido, diâmetros principais de 50mm x 40mm, cor branca, para ser usada em esgoto predial.
96	96	001.067.081	UND	84	Joelho Soldável Marrom 90° - 32mm.
97	97	001.054.990	UND	21	Joelho, 90° (graus), PVC rígido, soldável, diâmetro de 60mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
98	98	001.053.330	UND	35	Luva de Correr de PVC soldável de 50mm, cor marrom, 1ª Linha.
99	99	001.007.601	UND	80	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 25mm (1'), cor marrom.
100	100	001.007.562	UND	73	Luva de PVC rígido, diâmetro 32mm (1'), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.
101	101	001.053.671	UND	85	Luva de PVC rígido, diâmetro 50mm (1.1/2'), soldável, cor marrom.
102	102	001.067.088	UND	17	Registro de gaveta 1 1/2", com acabamento - prata cromado.
103	103	001.067.089	UND	17	Registro de gaveta 1", com acabamento - prata cromado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
104	104	001.054.991	UND	80	Curva de PVC 90° (graus), soldável, longa, cor marrom, 50mm, 1ª linha.
105	105	001.053.091	UND	80	Curva PVC 90° soldável marrom 25mm
106	106	001.007.807	UND	50	Joelho Soldável Marrom 90° 25mm (liso)
107	107	001.053.040	UND	15	Registro de pressão cromado com acabamento 3/4'
108	108	001.067.096	UND	15	Registro de pressão 1.1/2" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.
109	109	001.067.097	UND	15	Registro de pressão 1" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.
110	110	001.007.653	BR	30	Tubo EG, em PVC, 100mm em barra com 6 metros.
111	111	001.053.842	UND	10	Vaso sanitário sifonado de louça branca.

1.4. Os ITENS descritos acima serão considerados em sua totalidade, ou seja, serão compostos por tantos quantos elementos existirem neles.

1.5. O Licitante poderá apresentar proposta de preços para todos ou apenas um dos ITENS, e para cada qual haverá etapas de lances separadas.

1.6. O Licitante somente será selecionado para ir à etapa de lances se apresentar proposta de preços para os ITENS de acordo com as especificações **mínimas** deste Edital.

1.7. Deverá ser respeitada a numeração dos ITENS e as quantidades, unidades e especificações mínimas de cada elemento.

1.8. Os elementos que compõem os ITENS devem ser de primeira linha, atenderem os padrões de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e normas brasileiras vigentes.

1.9. NÃO SERÁ ADMITIDA A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTES DESTA LICITAÇÃO.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases por meio do portal da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA – SP, mediante monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.3. O Licitante interessado em participar do certame deverá observar atentamente as condições previstas para sua participação no presente Edital tais como seu cadastramento junto ao provedor do sistema - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL - para participar da licitação, bem como a data e horário de fim do recebimento das propostas e o início da etapa de lances (ambos no preâmbulo do certame).

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico para o município de Votuporanga/SP, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa de utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que estejam de acordo com a legislação vigente (Federal, Estadual e Municipal) que os regulamente e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no portal da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5.1. Será aplicado os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte, para estar apto a participar do Pregão na forma Eletrônica, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública,

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, após a fase de envio de lances.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

4.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema (*artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*), o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.6.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.6.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.6.4. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.6.5. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) **VALOR UNITÁRIO E TOTAL PARA o ITEM**, em moeda corrente nacional, em algarismos, com até duas casas decimais após a vírgula;

b) **MARCA** (se for o caso);

c) **FABRICANTE**;

d) **DESCRIÇÃO DO OBJETO**.

5.1.1. No preenchimento da proposta eletrônica, no sistema deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** contidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, e “d” de cada ITEM. A não inserção das informações nestes campos poderá ocasionar na desclassificação do Licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução/fornecimento do objeto.

5.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **é ciente e concorda** com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer, conforme for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. As regras previstas no item 6.18.1, não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a licitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes.

6.20.5. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado(a) ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. contiver vícios insanáveis;

7.2.2. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.3. Fica caracterizado indício de inexequibilidade, a proposta que represente o valor de 50% (cinquenta por cento) inferior ao orçado pela Administração Pública.

7.3.1. Se o licitante, após a fase de lances, arrematar item que represente o valor de 50% (cinquenta por cento) inferior ao orçado pela administração pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá exigir meios idôneos para fins comprovação de exequibilidade do preço apresentado pelo participante.

7.4. Para fins de julgamento das propostas, serão considerados dentre outros meios idôneos a serem julgados pelo(a) Pregoeiro(a), os seguintes:

a) Notas fiscais eletrônica de entrada do produto ou serviço licitado;

b) Notas fiscais eletrônica de saída do produto ou serviço licitado;

c) Cupons fiscais;

d) Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTe);

e) Conhecimento de Transporte Para Fretamento e outros serviços – (CTe e OS);

f) Manifesto de documentos fiscais eletrônicos;

g) Livro caixa da empresa;

h) Declaração de imposto de renda pessoa jurídica IRPJ;

i) Documento idôneo que comprove a execução do objeto licitado com outros entes públicos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

7.5. Além dos documentos descritos no item anterior, ficará a critério do(a) Pregoeiro(a), a exigência de outros meios idôneos que comprovem a execução do objeto licitado.

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a **realização de diligências**, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) a depender da complexidade do objeto licitado ou por solicitação via chat no sistema, ou outro meio quando o informado estiver indisponível e desde que anexado posteriormente na plataforma, de forma escrita e justificada pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

7.8. Se a proposta for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no sistema.

7.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à Licitante subsequente, nova verificação deve ser realizada da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários para habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada, de forma individual, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, apresentados em formato digital escaneado.

8.1.1. Para efeitos da comprovação dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, os Licitantes deverão enviá-los exclusivamente por meio do sistema, via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões - BLL até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública, exceto os abrangidos pelo SICAF (Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista e Econômico-Financeira), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.1.2. Reforçando: Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF **deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões - BLL até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública**, conforme item 8.1 e 8.1.1.

8.1.3. Nos casos em que os licitantes porventura não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, **deverão apresentar todos os documentos de habilitação exigidos neste Edital via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões - BLL até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública de** acordo com o item 8.1.

8.2. A Documentação exigida para fins de habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos (Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista e Econômico-Financeira).

8.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

8.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. Os Documentos de Habilitação não serão necessários ser enviados de forma física.

8.9. Os documentos exigidos nas alíneas "b", "c", "d", "e" e "f" do item 8.15 (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista) deste Edital, somente serão aceitos se a data de validade neles assinalados for igual ou superior a data marcada para abertura da sessão pública deste certame, na hipótese de não constar nos documentos o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data marcada da sessão pública, salvo apresentação de prova hábil para comprovar validade superior.

8.9.1. Os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Prefeitura a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme item 8.9 acima.

8.10. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15% (quinze por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.11. **Como condição prévia ao exame da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o julgamento da(s) proposta(s) será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a **participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) SICAF;

b) Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

8.11.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.12. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.13. No caso de inabilitação, caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, haverá nova verificação, de ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.14. A Habilitação Jurídica será comprovada, mediante apresentação:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente quando a atividade assim o exigir e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

e) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

f) no caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

g) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.14.1. A demonstração da legitimidade do signatário da se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

a) No caso de Procurador

I - Instrumento de mandato público, ou;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

II - Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, juntamente com Documento de constituição da empresa e alterações, onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

b) No caso de sócio-gerente

I - Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

8.14.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada, mediante apresentação:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa da sede do Licitante. Caso a sede do Licitante seja fora deste Município e mantenha filial(is) em Votuporanga, apresentar também desta (s);

c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS)** previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou **Certidão Previdenciária**;

d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT);

f) Certidão Negativa de Débitos relativos a **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

8.16. Regularidade Fiscal e Trabalhista para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) será comprovada, mediante apresentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de origem do licitante, ou pela apresentação do comprovante da opção pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, ambos documentos emitidos **no prazo de até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada da sessão pública.**

a1) Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional deverá apresentar: Declaração de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **que deverá ser assinada por seu representante legal e TAMBÉM POR CONTADOR HABILITADO.**

b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos **impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.**

c) Declaração elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de **que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima** admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.16.1. *para a habilitação, as microempresas e empresas de pequeno porte **deverão apresentar a documentação completa** e exigida para fins de comprovação de regularidade Fiscal e Trabalhista mesmo que apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.*

8.16.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitado, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.16.3. *a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento que o substitua.***

8.16.4. **Quanto à microempresa e empresa de pequeno porte**, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.16.5. Não ocorrendo a regularização da documentação, no prazo previsto do subitem 8.16.3, implicará decadência do direito à execução do objeto do certame, **sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14133/2021**, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente que o substitua, ou revogar a licitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

8.17. Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante apresentação:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.18. Outras Comprovações será mediante apresentação

a) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, asseverando que não está declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração Pública ou impedido de licitar e contratar com esta Administração Municipal.

c) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

d) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21).

e) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21).

f) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21).

g) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

h) Declaração do **Licitante**, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8.18.1. O atendimento correspondente as apresentações das DECLARAÇÕES solicitadas acima (item 8.18) e as DECLARAÇÕES para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (item 8.16) PODERÃO ser no formato de DECLARAÇÃO UNIFICADA conforme modelo constante do ANEXO II deste edital.

8.19. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial as sanções do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, incisos III e IV e Decreto Municipal nº 15.631 de 31 de março de 2023.

8.20. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos de Habilitação deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E SEUS REQUISITOS

9.1. A proposta final do Licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 04 (quatro) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

9.1.1. É facultado(a) ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.1.2. O não cumprimento das exigências dispostas no item (9.1) poderá, ficando a decisão a critério da Administração, ocasionar em penalidades ao Licitante declarado vencedor, por descumprimento de comprovação de condições do edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

9.2. Deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões e/ou entrelinhas e, ainda, devendo ser a(s) folha(s) rubricada(s), datada e assinada pelo representante legal do Licitante ou por procurador legítimo e legalmente constituído.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com valor unitário e total do item ou percentual de desconto com preços expressos em moeda corrente nacional, **com até duas casas decimais após a vírgula;**

9.4. Descrição do objeto, contendo as informações necessárias, indicando no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente e outros

9.5. Constar em seu inteiro teor:

a) razão Social, endereço completo, telefone/fax, e-mail, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa detentora da melhor proposta;

b) número do Processo e do Pregão na forma Eletrônica;

c) definição do ITEM, constando **marca, embalagem, quantidade por embalagem e fabricante;**

d) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

e) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

f) condições de pagamento: será conforme constante do Edital e da Ata de Registro de Preços;

g) qualificação do responsável que assinará a futura ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

h) qualificação do(a) responsável pela(s) empresa(s) Licitante(s) vencedora(s), constando nome completo, cargo, CPF, nº da cédula de identidade (RG), órgão e Estado emissor, data de nascimento, endereço residencial completo, e-mail institucional, e-mail pessoal e telefone(s), para fins de exigências relacionadas a AUDESP.

9.6. A proposta final ficará documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Detentora da Ata, se for o caso.

9.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Detentora da Ata.

10 - DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata da sessão pública.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **15 (quinze) minutos**.

10.3.4. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação **ou de lavratura da ata da sessão pública de habilitação ou inabilitação;**

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da **interposição do recurso**, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, e em ocasiões específicas que se fizerem necessárias. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (artigo 71 da Lei nº 14.133, de 2021).

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente por forma eletrônica, **em campo próprio na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Senhor Prefeito Municipal adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado da licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, será convocado o interessado para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Depois de cumpridos os requisitos de publicidade, a ATA DE REGISTRO terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas.

14.3. O licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.1. Prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante mais bem classificado e aceita pela Administração.

14.4. Sempre que a convocação não for atendida, é facultado a Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar o item específico, respectivo ou a licitação.

14.5. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

14.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

16 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

16.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

17 - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

18 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

18.1. O licitante vencedor do certame deverá realizar a entrega do objeto licitado para as diversas Secretarias do Município de Votuporanga/SP e unidades envolvidas, por período de 12 meses e de forma parcelada, após a Assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado por cada área, conforme a necessidade de cada requisitante, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos, local(is) e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e Ata de Registro de Preços.

18.2. A realização de toda e qualquer entrega é por conta e risco da Detentora da Ata bem como as despesas decorrentes do seu fornecimento.

18.3. As entregas dos bens/produtos deverão ser realizadas dentro do horário que cada Secretaria Municipal e as unidades requisitarem, acompanhados das respectivas notas fiscais e garantias.

19 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A Administração Municipal fiscalizará obrigatoriamente a entrega dos bens/produtos licitados, a fim de verificar se estão de acordo com as especificações e demais requisitos previstos no Edital e seus anexos, Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, proposta e Ata de Registro de Preços, por funcionário responsável competente para tanto.

19.2. Havendo rejeição dos bens/produtos, no todo ou em parte, a empresa deverá substituí-los, no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas estabelecidas pela Lei Federal Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações e Código de Defesa do Consumidor.

19.3. A Prefeitura se reserva o direito de recorrer a empresa Detentora da Ata em caso de verificação posterior de irregularidades ou má qualidade dos bens ofertados.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3. não celebrar o ajuste ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.5. fraudar a licitação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

- 20.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 20.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 20.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 20.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 20.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 20.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 20.2.1. advertência;
 - 20.2.2. multa;
 - 20.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 20.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 20.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 20.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 20.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado, nos termos do Decreto Municipal nº 15.631/23.
- 20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado, nos termos do Decreto Municipal nº 15.631/23.
- 20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Prefeitura do Município de Votuporanga/SP.
- 20.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura do Município de Votuporanga/SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

21 - DO PAGAMENTO

21.1. Será em até 10 dias úteis após o prazo para liquidação, conforme consta no Termo de Referência.
21.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Administração atestar a execução do objeto do contrato/ata de registro de preços.

21.1.2. No caso de atraso pela Prefeitura do Município de Votuporanga/SP, os valores devidos para a empresa serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

21.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da licitação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

21.2.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a Administração deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

21.2.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato/ata e do órgão contratante/Administração;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

21.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração;

21.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

21.2.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

21.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da empresa, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

21.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Prefeitura deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada/detentora da ata, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.2.9. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão/cancelamento contratual/da ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada/detentora da ata a ampla defesa.

21.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato/cancelamento da ata, caso a contratada/detentora da ata não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.2.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.2.12. A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.2.13. *Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do IRRF conforme previsto na IN/RFB nº 1.234/12, fixado pela decisão do STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.*

21.3. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

21.3.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

21.4. CESSÃO DE CRÉDITO

21.4.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

21.4.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da contratante/Prefeitura.

21.4.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

21.4.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada/detentora da ata) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

22 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

22.1. Para atender às despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2024, através da Lei nº 7.045, de 05 de dezembro de 2023, a seguinte dotação orçamentária:

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL		CATEGORIA ECONÔMICA		FR	C APLIC
168	02.03.01	04.122.0005.2016	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
181	02.03.01	04.122.0005.2017	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
194	02.03.01	04.122.0005.2019	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
261	02.04.02	12.361.0006.2024	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	220.000
355	02.04.03	12.365.0007.2031	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	213.000
527	02.06.04	23.691.0013.2041	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
630	02.09.04	27.812.0017.2057	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
763	02.11.01	04.122.0019.2066	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
813	02.13.01	10.301.0022.2075	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	310.000
988	02.14.02	13.392.0010.2089	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1163	02.17.00	08.244.0038.2104	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	510.000
1352	02.23.01	14.244.0040.2121	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1419	02.25.02	15.452.0028.2070	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000

22.2. Recursos Financeiros:

FONTE	1	TESOURO
Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL
Cod. Aplic.	510.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

22.3. Os recursos para 2025 serão alocados nas Peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

23 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

23.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

23.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

23.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

23.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

23.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**.

23.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

24 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

24.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

24.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

24.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

24.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

24.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

24.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 24.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

24.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

24.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

24.4.1. Por razão de interesse público;

24.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

24.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

25 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

25.1. A referida contratação é regida pelo Sistema de Registro de Preços e conforme previsto em legislação, caso haja conveniência da Administração Pública poderá a Ata de Registro de Preços materializar-se em quantos contratos forem necessários, desde que observados os quantitativos máximos e a sua formalização ocorra até o último dia de vigência da Ata (artigo 82 e seguintes da Lei nº. 14133/2021).

26 - DO REAJUSTE DO CONTRATO

26.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

27.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.6. O resultado da sessão pública deste certame será divulgado em Ata no sistema eletrônico da www.bll.org.br, e no portal da transparência do Município no sítio www.votuporanga.sp.gov.br.

27.7. Integram o presente Edital:

ANEXO I - Termo de Referência

APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar – ETP

ANEXO II - Modelo Referencial de Declaração UNIFICADA

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ANEXO IV – Relação de Cadastro Reserva

ANEXO V - Minuta de Contrato

ANEXO VI - Minuta de Nota de Empenho

27.8. Os casos omissos serão dirimidos com base nas disposições da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

27.9. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 14133/2021, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie, sendo o(a) Pregoeiro(a) autoridade soberana para resolver todas e quaisquer pendências surgidas na sessão Pública deste Pregão Eletrônico.

27.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

27.12. A Prefeitura do Município de Votuporanga/SP reserva-se no direito de adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, respeitados os limites legais ou rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, observados os ditames da Lei Federal nº 14133/2021, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e demais normas pertinentes à espécie, obrigando-se os fornecedores ao cumprimento integral de suas propostas, nas condições definidas na sessão Pública do Pregão, sem que lhes caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor da proponente e sob pena da aplicação de penalidades previstas na legislação.

27.13. A Prefeitura do Município de Votuporanga/SP reserva-se o direito de revogar ou anular o presente procedimento licitatório, nos ditames da Lei Federal nº Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

27.14. A adjudicação/homologação do objeto do Edital ao(s) Licitante(s) vencedor(es) o(s) obriga(m) ao fornecimento e/ou a prestação de serviços integral do(s) mesmo(s), nas condições oferecidas, não lhe(s) cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua(s) proposta(s), quer seja por erro ou omissão.

27.15. O(s) Licitante(s) vencedor(es) é(são) obrigado(s) a manter durante toda a vigência do Contrato ou outro instrumento que o substitua, em compatibilidade com as obrigações por ele(s) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

27.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Votuporanga do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações.

27.17. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário de Brasília/DF.

Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, publicado por "AVISO DE LICITAÇÃO", no Diário Oficial do Município, Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e Jornal de Grande Circulação, divulgado no endereço eletrônico da Prefeitura na Internet e na plataforma eletrônica da www.bll.org.br.

Prefeitura do Município de Votuporanga, em 29 de julho de 2024.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ

Secretária Municipal da Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2024 - PROCESSO Nº 222/2024

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Materiais Hidráulicos** para diversas Secretarias, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e quantidades estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
01	1	001.053.315	UND	106	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 25x3/4"	0,74	78,44
02	2	001.053.316	UND	90	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 50x1 1/2"	3,91	351,90
03	3	001.007.552	PT	143	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água fria, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.	19,58	2.799,94
04	4	001.007.898	UND	168	Boia para caixa d'água 1/2"	12,28	2.063,04
05	5	001.007.900	UND	184	Boia para caixa d'água 3/4"	9,32	1.714,88
06	6	001.054.729	UND	51	Joelho 90° PVC 1" para esgoto 32 mm.	2,42	123,42
07	7	001.054.730	UND	50	Joelho 90° PVC 1/2" para esgoto 20 mm.	1,37	68,50
08	8	001.053.484	UND	36	Joelho de PVC rígido, 90 graus, diâmetro 100mm (4"), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.	6,13	220,68
09	9	001.053.010	PÇ	45	Joelho de pvc, para esgoto, 45° - 100mm, 1ª linha.	10,47	471,15
10	10	001.007.811	UND	64	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 20mm (1/2") x 1/2", cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.	1,91	122,24
11	11	001.054.734	UND	78	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 25 mm (3/4") x 1/2", cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.	2,08	162,24
12	12	001.054.731	UND	81	Registro de Esfera Soldável 25 mm ou 3/4"	10,50	850,50
13	13	001.054.095	UND	365	Sifão flexível, de polipropileno, acabamento PVC, sanfonado universal, múltiplo uso (lavatório, pias e tanques), com bitola de saída adaptável para 50mm e 40mm, entrada adaptável para 1", 1.1/4" e 1.1/2".	6,99	2.551,35
14	14	001.053.158	UND	68	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	1,21	82,28
15	15	001.053.533	UND	46	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 20mm (1/2") x 1/2", cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.	8,39	385,94
16	16	001.007.855	UND	64	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 25mm (3/4") x 1/2", cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.	10,30	659,20
17	17	001.007.794	UND	66	Tubo de esgoto PVC, branco, 3" (barra) 75mmx6m	55,37	3.654,42
18	18	001.053.972	BR	47	Tubo de PVC marrom, soldável, de 32mm (1"), em barra de 6 metros, 1ª linha.	40,55	1.905,85
19	19	001.053.418	BR	20	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.	19,86	397,20
20	20	001.053.943	BR	91	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.	24,69	2.246,79
21	21	001.007.009	MT	50	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 40mm (1.1/2"), cor branca, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.	6,51	325,50
22	22	001.053.936	UND	65	Válvula plástica para lavatório; com unho; cor branca; bitola 1" (7/8"); 1ª linha.	8,14	529,10
23	23	001.053.384	UND	106	Válvula tipo americana cromada para pia.	14,02	1.486,12
24	24	001.053.804	UND	80	Kit reparo completo para válvula de descarga 1.1/2" marca Docol.	56,97	4.557,60



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
25	25	001.054.039	UND	167	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação DOCOL.	62,09	10.369,03
26	26	001.053.815	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 100mm (4'), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.	97,54	4.584,38
27	27	001.054.828	UND	50	Cotovelo em PVC, na cor azul, 3/4 para 1/2", com rosca de metal, 1ª linha.	7,61	380,50
28	28	001.007.964	UND	30	Plug em PVC, de 1/2' com rosca, 1ª linha.	1,24	37,20
29	29	001.053.176	UND	20	Plug em PVC, de 3/4' com rosca, 1ª linha.	1,88	37,60
30	30	001.053.081	RL	137	Fita veda rosca 18mm x 50m (compatível com Polytubes MA 035).	4,16	569,92
31	31	001.007.627	UND	105	Ligação flexível de PVC, 50cm de comprimento, bitola 1/2', com niple de 1/2' e 02 borrachas de vedação (sem canopla), cor branca, para instalação hidráulica de lavatório, utilizada para água fria.	9,15	960,75
32	32	001.007.135	UND	49	Mecanismo de entrada de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 263mm; 1ª linha.	56,40	2.763,60
33	33	001.007.136	UND	69	Mecanismo de saída de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 243mm e 90mm; 1ª linha.	39,65	2.735,85
34	34	001.054.732	UND	42	Registro de Esfera Soldável 20 mm ou 1/2".	9,33	391,86
35	35	001.007.996	UND	36	Registro de gaveta em ferro 3/4 com acabamento.	52,95	1.906,20
36	36	001.053.966	UND	81	Reparo para válvula docol - completo 1 1/2"; 1ª linha.	52,45	4.248,45
37	37	001.053.369	UND	29	Sifão Sanfonado Universal Triplo; indicado nas ligações de pias de cozinha, armários de banheiros, lavatórios e tanques; fabricado em polipropileno (não aderente a gordura); pode ser facilmente retirado para limpeza; disponível com anel plástico ou anel metal; DN 38 - para diâmetro interno de tubo de 40; DN 40 - para bolsa de conexão de esgoto de 40; DN 48 - para diâmetro interno de tubo de 50; DN 50 - para bolsa de conexão de esgoto 50; disponível nas cores branco e prata; 1ª linha.	19,37	561,73
38	38	001.053.125	UND	50	Tubo de ligação cromado para acabamento vaso sanitário.	21,79	1.089,50
39	39	001.067.092	UND	107	Válvula para lavatório de metal com tampa; acabamento cromado; comprimento: 7cm x diâmetro: 5,5 cm; rosca 7/8; acompanha borrachas de vedação.	26,82	2.869,74
40	40	001.054.896	UND	121	Engate flexível em aço inox, 1/2 polegada com canopla, para entrada de água, comprimento de 60cm.	33,18	4.014,78
41	41	001.067.082	UND	156	Sifão sanfonado PVC, com copo universal ajustável flexível, branco.	23,53	3.670,68
42	42	001.067.027	UND	129	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação HIDRA.	69,82	9.006,78
43	43	001.053.110	UND	84	Anel de vedação para saída de vaso sanitário. Composição: cera a base de petróleo, reforçado com uretano e polietileno; com guia de instalação.	9,08	762,72
44	44	001.053.524	UND	111	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 1/2', cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.	3,38	375,18
45	45	001.053.832	UND	54	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 3/4', cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.	2,10	113,40
46	46	001.053.946	UND	185	Vedante para torneira, bitola de 1/2', composto de pino de metal e vedação em PVC.	1,83	338,55
47	47	001.053.542	UND	215	Vedante para torneira, bitola de 3/4', composto de pino de metal e vedação em PVC.	1,02	219,30
48	48	001.054.669	UND	33	Adaptador com flange em PVC, 2".	56,95	1.879,35
49	49	001.007.226	UND	33	Adaptador com flange, PVC 1' e 1/2	30,76	1.015,08
50	50	001.007.879	UND	47	Adaptador de PVC com flange, diâmetro 25mm x 3/4'; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.	13,28	624,16



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
51	51	001.053.856	UND	37	Adaptador de PVC com flange, diâmetro de 32mm x 1' ; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.	17,61	651,57
52	52	001.053.676	UND	37	Bucha de redução 50mm x 32mm (1.1/2' x 1'), longa, em PVC marrom.	8,04	297,48
53	53	001.054.811	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetro de 60 mm x 50 mm, cor marrom, 1ª linha.	9,61	297,91
54	54	001.053.510	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetros de 32mm x 25mm (1' x 3/4'), cor marrom, 1ª linha.	0,89	27,59
55	55	001.053.959	UND	61	Bucha de redução PVC marrom, de 25mm x 20mm (3/4' x 1/2'), 1ª linha.	1,08	65,88
56	56	001.053.538	UND	31	Cap de PVC rígido soldável, diâmetro de 50 mm, cor marrom, para utilização em instalação predial de água fria.	6,34	196,54
57	57	001.054.659	UND	27	Joelho de PVC 45° para esgoto, branco, 50 mm, 1ª linha.	3,27	88,29
58	58	001.054.973	UND	27	Joelho de PVC rígido, 45 graus, diâmetro 40 mm (1.1/2'), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.	2,89	78,03
59	59	001.053.106	UND	45	Luva azul 3/4.	7,43	334,35
60	60	001.007.779	UND	166	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (3/4), cor marrom.	3,33	552,78
61	61	001.007.646	UND	30	Luva de pvc, de correr, para esgoto, 40mm com 2 aneis de vedação	9,96	298,80
62	62	001.067.063	UND	31	Luva de redução; 50mm x 32mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.	6,03	186,93
63	63	001.053.744	UND	27	Luva de redução; 60mm x 50mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.	16,80	453,60
64	64	001.007.428	UND	55	Luva de união marrom 1 1/2' (50mm); soldável; 1ª linha.	43,48	2.391,40
65	65	001.053.955	UND	46	Luva PVC LR azul 1/2'.	7,71	354,66
66	66	001.007.675	PÇ	28	Registro de esfera soldável em PVC; bitola 50mm (1 1/2); pressão máxima 10 kgf/cm²; 1ª linha.	30,34	849,52
67	67	001.053.929	UND	73	Reparo para válvula fabricar - completo 1 1/2"; 1ª linha.	60,31	4.402,63
68	68	001.053.550	UND	58	Reparo para válvula hidra 1 1/2"; 1ª linha.	57,97	3.362,26
69	69	001.053.962	UND	53	Reparo para válvula oriente - completo 1 1/2"; 1ª linha.	62,93	3.335,29
70	70	001.007.640	UND	54	Te de PVC 40mm (1.1/2'), branco, para esgoto, 1ª linha.	5,73	309,42
71	71	001.053.809	UND	91	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	11,78	1.071,98
72	72	001.054.557	UND	22	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 60 mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	28,95	636,90
73	73	001.054.988	UND	34	TE de PVC roscável branco, 1/2.	9,05	307,70
74	74	001.054.987	UND	39	TE de PVC roscável branco, 3/4.	8,33	324,87
75	75	001.053.109	UND	274	Tubo de ligação bitola de 1.1/2 em plástico, do tipo ajustável com espude para uso em vasos sanitários, medindo 25cm.	13,56	3.715,44
76	76	001.053.812	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (2'), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.	58,82	2.764,54
77	77	001.053.237	UND	31	Bucha de redução de ferro galvanizado, diâmetro principal de 25mm (3/4'), diâmetro de redução de 20mm (1/2'), para utilização em instalações hidráulicas.	7,78	241,18
78	78	001.007.771	UND	36	Cotovelo 90° galvanizado 2".	42,53	1.531,08
79	79	001.007.772	UND	190	Cotovelo em PVC de 3/4" marrom, soldável.	0,95	180,50
80	80	001.053.336	UND	115	Curva de PVC 45°, soldável, cor marrom, 25mm, 1ª linha.	2,61	300,15
81	81	001.007.799	UND	20	Engate plástico de 1/2 x 0,50cm	8,25	165,00
82	82	001.067.080	UND	81	Joelho 45° PVC marrom soldável - 50mm.	9,36	758,16
83	83	001.007.118	UND	35	Joelho PVC 25mm x 1,2', azul.	4,91	171,85



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
84	84	001.053.942	UND	157	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	2,50	392,50
85	85	001.053.950	UND	76	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 32mm (1"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	7,43	564,68
86	86	001.007.491	UND	28	TE interno 90 polietileno: 1", azul.	4,62	129,36
87	87	001.053.117	BR	39	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (1.1/2"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.	53,74	2.095,86
88	88	001.067.078	UND	85	Joelho 45° PVC marrom soldável - 25mm.	1,96	166,60
89	89	001.067.079	UND	76	Joelho 45° PVC marrom soldável - 32mm.	4,68	355,68
90	90	001.053.790	UND	86	Joelho, 90 graus, PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	10,00	860,00
91	91	001.053.726	UND	148	Luva de PVC rígido, diâmetro 25mm (3/4"), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.	5,31	785,88
92	92	001.054.733	UND	35	Registro de gaveta, base 3/4".	48,37	1.692,95
93	93	001.053.851	UND	21	Adaptador de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (1") x 1", cor marrom, curto com bolsa e rosca registro, para ser utilizada em instalação predial de água fria.	8,53	179,13
94	94	001.053.421	FR	90	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água quente, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.	39,80	3.582,00
95	95	001.053.786	UND	71	Bucha de redução longa, de PVC rígido, diâmetros principais de 50mm x 40mm, cor branca, para ser usada em esgoto predial.	4,36	309,56
96	96	001.067.081	UND	84	Joelho Soldável Marrom 90° - 32mm.	2,96	248,64
97	97	001.054.990	UND	21	Joelho, 90° (graus), PVC rígido, soldável, diâmetro de 60mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	27,02	567,42
98	98	001.053.330	UND	35	Luva de Correr de PVC soldável de 50mm, cor marrom, 1ª Linha.	38,78	1.357,30
99	99	001.007.601	UND	80	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 25mm (1"), cor marrom.	1,82	145,60
100	100	001.007.562	UND	73	Luva de PVC rígido, diâmetro 32mm (1"), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.	6,62	483,26
101	101	001.053.671	UND	85	Luva de PVC rígido, diâmetro 50mm (1.1/2"), soldável, cor marrom.	8,07	685,95
102	102	001.067.088	UND	17	Registro de gaveta 1 1/2", com acabamento - prata cromado.	72,38	1.230,46
103	103	001.067.089	UND	17	Registro de gaveta 1", com acabamento - prata cromado.	70,21	1.193,57
104	104	001.054.991	UND	80	Curva de PVC 90° (graus), soldável, longa, cor marrom, 50mm, 1ª linha.	13,12	1.049,60
105	105	001.053.091	UND	80	Curva PVC 90° soldável marrom 25mm	3,21	256,80
106	106	001.007.807	UND	50	Joelho Soldável Marrom 90° 25mm (liso)	2,94	147,00
107	107	001.053.040	UND	15	Registro de pressão cromado com acabamento 3/4"	71,11	1.066,65
108	108	001.067.096	UND	15	Registro de pressão 1.1/2" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.	172,25	2.583,75
109	109	001.067.097	UND	15	Registro de pressão 1" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.	78,90	1.183,50
110	110	001.007.653	BR	30	Tubo EG, em PVC, 100mm em barra com 6 metros.	113,65	3.409,50
111	111	001.053.842	UND	10	Vaso sanitário sifonado de louça branca.	269,70	2.697,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO						R\$ 143.459,05	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

1.2. As informações administrativas relativas ao Edital poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841 ou ainda pela **plataforma BLL nos campos próprios para os Licitantes interessados obterem esclarecimentos e ou impugnações.**

1.3. GESTORES E FISCAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO	
Gestor(a)	Fiscal
Janaina Cristina da Silva	Ormélio Caporalini Filho
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	
Gestor(a)	Fiscal
Marcello Arenas Stringari	Jhonatas Dias da Silva
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Gestor(a)	Fiscal
Francisco Carlos Pereira dos Santos	Cesar Tagliavini
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
Gestor(a)	Fiscal
Maria Helena Murata	Allan Pereira da Silva
SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Gestor(a)	Fiscal
Nilza Moreira Alves	Claudia Andrea Trindade
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	
Gestor(a)	Fiscal
Fabio Okamoto	Jovanir Facincani
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Gestor(a)	Fiscal
Rodrigo Antonio Barros Vieira da Silva	Andréa Penha Gregório Vasconcelos
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
Gestor(a)	Fiscal
Danieli Biliuzzi Santos Trombela	Uelinton Rodrigo Masson

2 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. **REGISTRO DE PREÇOS** para o fornecimento de **materiais hidráulicos** para diversas secretarias, durante o período de 12 (doze) meses de acordo com a necessidade de cada área demandante.

2.1.1. Unidades Demandantes: **SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO.**

2.2. Os bens objeto desta licitação não se enquadra como sendo de bem de luxo e são caracterizados como bens comuns.

2.3. O fornecimento dos materiais hidráulicos é enquadrado como continuado tendo em vista a natureza constante e recorrente das atividades desempenhadas de manutenção.

2.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3 - JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

5.1.1.1. Certificações Ambientais: Exigência de certificações que atestem a conformidade dos materiais com padrões ambientais, como ISO 14001, garantindo a minimização de impactos ambientais durante a produção e utilização dos produtos.

5.1.1.2. Materiais Sustentáveis: Priorização de materiais com baixo impacto ambiental, provenientes de fontes renováveis, recicláveis e com eficiência energética, promovendo a redução do consumo de recursos naturais.

5.1.1.3. Logística Sustentável: Estímulo à escolha de fornecedores locais, sempre que possível, visando reduzir a pegada de carbono associada ao transporte dos materiais.

5.1.1.4. Gestão de Resíduos: Estabelecimento de diretrizes para a correta destinação dos resíduos gerados durante os serviços, promovendo a coleta seletiva e a reciclagem

5.2. Subcontratação

5.2.1. Não é permitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da contratação

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de fornecimento de produtos/materiais que não justifica a necessidade de garantia de execução.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. A empresa vencedora ficará à disposição para fornecer o objeto licitado, conforme solicitação das Secretarias e seus setores, garantindo a necessária demanda.

6.1.2. A entrega dos itens será realizada por conta da Contratada/Detentora da Ata, em cada Secretaria Municipal ou órgão solicitante, no prazo estipulado por cada área, conforme a necessidade de cada requisitante, a contar do recebimento da nota de empenho.

6.1.3. Será antecipadamente informado, por telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação à empresa/Detentora da Ata, por responsável da área solicitante, as quantidades, os endereços, os horários ou outra condição (retirada no local).

6.1.4. A cada entrega realizada ou cada retirada no estabelecimento do objeto licitado a empresa obrigatoriamente deverá emitir recibo de entrega ou de retirada, as custas da Contratada/Detentora da ata, que carecerá de ser assinado por responsável pelo recebimento ou retirada e sempre será concedido um comprovante (uma via) no momento do ato para a Administração.

6.1.5. A demanda, os locais e os horários de entrega poderão sofrer alterações, tendo em vista as necessidades e exigências de cada área que necessita do fornecimento do objeto licitado.

6.1.6. A Contratada/Detentora da Ata deve possuir logística suficiente para atender as demandas de cada unidade requisitante.

6.1.7. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição dos materiais/produtos que porventura sejam entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações mínimas estipuladas para os itens. A substituição deverá ser por outro com especificações técnicas iguais ao licitado, ou superiores com aprovação prévia da Administração, sem custo adicional.

6.1.8. Caso não seja possível a entrega no período e prazos determinados, a empresa/Detentora da Ata deverá comunicar as razões respectivas no prazo de 02 (dois) dias, para que seja averiguada a possibilidade de prorrogação de prazo e soluções possíveis para atender a demanda, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7 - GARANTIA DO OBJETO

7.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA

8.1. O contrato/ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Federal nº 11.462/23 e Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada/detentora da ata devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

8.5. Após a assinatura do contrato/ata de registro de preços ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada/detentora da ata para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada/detentora da ata, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/ata de registro de preços, ou pelos respectivos substitutos

8.7. O fiscal do contrato/ata de registro de preços acompanhará a execução do contrato/ata de registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/ata de registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato/ata de registro de preços anotará no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata de registro de preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato/ata de registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato/ata de registro de preços, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal do contrato/ata de registro de preços informará ao gestor do contrato/ata de registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/ata de registro de preços nas datas aprazadas, o fiscal do contrato/ata de registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/ata de registro de preços.

8.7.5. O fiscal do contrato/ata de registro de preços comunicará ao gestor do contrato/ata de registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato/ata de registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação, conforme o caso.

8.7.6. O gestor do contrato/ata de registro de preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato/ata de registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata de registro de preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.7.7. O fiscal do contrato/ata de registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada/detentora da ata, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

8.7.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal do contrato/ata de registro de preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato/ata de registro de preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.8. O gestor do contrato/ata de registro de preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato/ata de registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preços, a exemplo da ordem de serviço/fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato/ata de registro de preços para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.8.1. O gestor do contrato/ata de registro de preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada/detentora da ata, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8.3. O gestor do contrato/ata de registro de preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato/ata quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado/detentora da ata, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações

8.8.4. O gestor do contrato/ata de registro de preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

8.8.5. O gestor do contrato/ata de registro de preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.8.6. O gestor do contrato/ata de registro de preços deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato/ata de registro de preços.

8.8.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.8.8. Solicitação de empenho prévio com quantidade prevista de fornecimento dos itens por período determinado.

8.8.9. Apoio e acompanhamento das áreas solicitantes.

8.8.10. Verificação dos recibos devidamente preenchidos e assinados para conferência dos itens entregue.

8.8.11. Recebimento, conferência e andamento das Notas Fiscais.

8.8.12. Verificação de aplicação de sanções e penalidades, quando cabíveis, em caso de descumprimento das obrigações do contrato/ata de registro de preços por parte da contratada/detentora da ata.

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto (art. 140, Lei 14.133/21)

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/ata de registro de preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, ETP e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar - ETP e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada/detentora da ata, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do recibo/pedido pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências da Ata de Registro de Preços.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução/fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução/fornecimento do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pela contratada/detentora da ata, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata de registro de preços.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de vigência;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

9.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado/detentora da ata serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado/detentora da ata.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. O contratado/detentora da ata regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5 - Antecipação de pagamento

9.5.1 A presente contratação não permite/compreende/engloba a antecipação de pagamento.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2. Participação de Consórcio

10.2.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio conforme disposto no Edital.

11 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. Habilitação Jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Obs: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa da sede do Licitante. Caso a sede do Licitante seja fora deste Município e mantenha filial(is) em Votuporanga, apresentar também desta (s);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS)** previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou **Certidão Previdenciária**;

d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT);

f) Certidão Negativa de Débitos relativos a **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

11.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

12.1. Para atender as despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2024, através da Lei nº 7.045, de 05 de dezembro de 2023, a seguinte dotação orçamentária:

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL		CATEGORIA ECONÔMICA		FR	C APLIC
168	02.03.01	04.122.0005.2016	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
181	02.03.01	04.122.0005.2017	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
194	02.03.01	04.122.0005.2019	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
261	02.04.02	12.361.0006.2024	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	220.000
355	02.04.03	12.365.0007.2031	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	213.000
527	02.06.04	23.691.0013.2041	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
630	02.09.04	27.812.0017.2057	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
763	02.11.01	04.122.0019.2066	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
813	02.13.01	10.301.0022.2075	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	310.000
988	02.14.02	13.392.0010.2089	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1163	02.17.00	08.244.0038.2104	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	510.000
1352	02.23.01	14.244.0040.2121	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1419	02.25.02	15.452.0028.2070	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000

12.2. Recursos Financeiros:

FONTE	1	TESOURO
Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL
Cod. Aplic.	510.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

12.3. Os recursos para 2025 serão alocados nas Peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

Prefeitura do Município de Votuporanga, em -- de ----- de 2024.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ

Secretária Municipal da Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2024 - PROCESSO Nº 222/2024

1 - INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar a melhor forma para o fornecimento de **Materiais Hidráulicos** para diversas Secretarias e seus setores, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O objetivo principal é estudar a aquisição e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem como objetivo atender a demanda para os **Materiais Hidráulicos** para o período de 12 (doze) meses para diversas Secretarias do Município e seus setores em face da necessidade de garantir a manutenção e aprimoramento das estruturas prediais da Prefeitura do Município de Votuporanga/SP.

O objeto a ser licitado visa dar suporte a SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

Considerando as necessidades de reparos hidráulicos nos estabelecimentos municipais e que a sua não realização poderá acarretar agravo na estrutura das edificações e por conseguinte avarias nas estruturas irreparáveis a ponto de ocasionar acidentes a aquisição de Materiais Hidráulicos é de natureza essencial e primordial para a manutenção e conservação predial tendo em vista que é do interesse público manter a oferta de serviços em níveis adequados a comunidade e condições dignas de trabalho aos servidores.

O fornecimento dos materiais hidráulicos é enquadrado como continuado tendo em vista a natureza constante e recorrente das atividades desempenhadas de manutenção pela Administração.

É imperativo que a Prefeitura do Município de Votuporanga/SP realize aquisição de Materiais Hidráulicos pois é evidente que todo e qualquer imóvel requer manutenções e reparos.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais a serem adquiridos devem possuir qualidade mínima conforme especificação técnica de cada item estipulado no edital, obedecendo às normas de fabricação NBR a fim de garantir a qualidade mínima exigida para os bens.

Toda e qualquer entrega dos itens será realizada por conta e risco da Contratada/Detentora da Ata, em cada Secretaria Municipal ou órgão/unidade solicitante, **no prazo estipulado conforme a demanda**, de acordo com a necessidade de cada requisitante, a contar do recebimento da nota de empenho, devendo ser emitido comprovante/recibo pela empresa, que será assinado por responsável do setor demandante, no momento do fornecimento.

A empresa contratada deve possuir logística suficiente para atender as demandas de cada unidade requisitante.

A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição dos materiais/produtos que porventura sejam entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações mínimas estipuladas para os itens. A substituição deverá ser por outro com especificações técnicas iguais ao licitado, ou superiores com aprovação prévia da Administração, sem custo adicional para a Contratante.

A empresa deverá adotar todos os requisitos e práticas necessárias no fornecimento dos itens e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio dos bens, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de fornecimento de produtos/materiais cuja simplicidade, baixo valor não justifica a necessidade de garantia de execução.

A empresa deve preencher os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

Os materiais se enquadram como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

Não será admitida a subcontratação do objeto a ser licitado.

Ao incorporar esses critérios no processo de contratação a Administração busca garantir não apenas a eficácia operacional, mas também a sustentabilidade em conformidade com normas regulamentadoras contribuindo para uma boa qualidade no fornecimento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base em levantamentos de consumos dos últimos 12 meses e previsões para novas demandas. A análise dimensionou a quantidade de produtos necessárias para garantir o bom andamento das atividades das Secretarias e seus setores.

A descrição dos bens e as suas quantidades foi a cargo de cada requerente, através de planejamento próprio com objetivo de atender às suas prioridades, dimensionando a quantidade necessárias para garantir o bom andamento das atividades, conforme planilha abaixo:

Item	Código	Unidade Medida	Quantidade	Descrição
1	001.053.315	UND	106	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 25x3/4"
2	001.053.316	UND	90	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 50x1 1/2"
3	001.007.552	PT	143	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água fria, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.
4	001.007.898	UND	168	Boia para caixa d'água 1/2".
5	001.007.900	UND	184	Boia para caixa d'água 3/4".
6	001.054.729	UND	51	Joelho 90° PVC 1" para esgoto 32 mm.
7	001.054.730	UND	50	Joelho 90° PVC 1/2" para esgoto 20 mm.
8	001.053.484	UND	36	Joelho de PVC rígido, 90 graus, diâmetro 100mm (4"), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.
9	001.053.010	PÇ	45	Joelho de pvc, para esgoto, 45° - 100mm, 1ª linha.
10	001.007.811	UND	64	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 20mm (1/2") x 1/2", cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.
11	001.054.734	UND	78	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 25 mm (3/4") x 1/2", cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.
12	001.054.731	UND	81	Registro de Esfera Soldável 25 mm ou 3/4".
13	001.054.095	UND	365	Sifão flexível, de polipropileno, acabamento PVC, sanfonado universal, múltiplo uso (lavatório, pias e tanques), com bitola de saída adaptável para 50mm e 40mm, entrada adaptável para 1", 1.1/4" e 1.1/2".
14	001.053.158	UND	68	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
15	001.053.533	UND	46	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 20mm (1/2") x 1/2", cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.
16	001.007.855	UND	64	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 25mm (3/4") x 1/2", cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.
17	001.007.794	UND	66	Tubo de esgoto PVC, branco, 3" (barra) 75mmx6m
18	001.053.972	BR	47	Tubo de PVC marrom, soldável, de 32mm (1"), em barra de 6 metros, 1ª linha.
19	001.053.418	BR	20	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.
20	001.053.943	BR	91	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.
21	001.007.009	MT	50	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 40mm (1.1/2"), cor branca, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.
22	001.053.936	UND	65	Válvula plástica para lavatório; com unho; cor branca; bitola 1" (7/8"); 1ª linha.
23	001.053.384	UND	106	Válvula tipo americana cromada para pia.
24	001.053.804	UND	80	Kit reparo completo para válvula de descarga 1.1/2" marca Docol.
25	001.054.039	UND	167	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação DOCOL.
26	001.053.815	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 100mm (4"), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.
27	001.054.828	UND	50	Cotovelo em PVC, na cor azul, 3/4 para 1/2", com rosca de metal, 1ª linha.
28	001.007.964	UND	30	Plug em PVC, de 1/2" com rosca, 1ª linha.
29	001.053.176	UND	20	Plug em PVC, de 3/4" com rosca, 1ª linha.
30	001.053.081	RL	137	Fita veda rosca 18mm x 50m (compatível com Polytubes MA 035).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

31	001.007.627	UND	105	Ligação flexível de PVC, 50cm de comprimento, bitola 1/2", com niple de 1/2" e 02 borrachas de vedação (sem canopla), cor branca, para instalação hidráulica de lavatório, utilizada para água fria.
32	001.007.135	UND	49	Mecanismo de entrada de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 263mm; 1ª linha.
33	001.007.136	UND	69	Mecanismo de saída de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 243mm e 90mm; 1ª linha.
34	001.054.732	UND	42	Registro de Esfera Soldável 20 mm ou 1/2".
35	001.007.996	UND	36	Registro de gaveta em ferro 3/4 com acabamento.
36	001.053.966	UND	81	Reparo para válvula docol - completo 1 1/2"; 1ª linha.
37	001.053.369	UND	29	Sifão Sanfonado Universal Triplo; indicado nas ligações de pias de cozinha, armários de banheiros, lavatórios e tanques; fabricado em polipropileno (não aderente a gordura); pode ser facilmente retirado para limpeza; disponível com anel plástico ou anel metal; DN 38 - para diâmetro interno de tubo de 40; DN 40 - para bolsa de conexão de esgoto de 40; DN 48 - para diâmetro interno de tubo de 50; DN 50 - para bolsa de conexão de esgoto 50; disponível nas cores branco e prata; 1ª linha.
38	001.053.125	UND	50	Tubo de ligação cromado para acabamento vaso sanitário.
39	001.067.092	UND	107	Válvula para lavatório de metal com tampa; acabamento cromado; comprimento: 7cm x diâmetro: 5,5 cm; rosca 7/8; acompanha borrachas de vedação.
40	001.054.896	UND	121	Engate flexível em aço inox, 1/2 polegada com canopla, para entrada de água, comprimento de 60cm.
41	001.067.082	UND	156	Sifão sanfonado PVC, com copo universal ajustável flexível, branco.
42	001.067.027	UND	129	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação HIDRA.
43	001.053.110	UND	84	Anel de vedação para saída de vaso sanitário. Composição: cera a base de petróleo, reforçado com uretano e polietileno; com guia de instalação.
44	001.053.524	UND	111	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 1/2", cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.
45	001.053.832	UND	54	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 3/4", cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.
46	001.053.946	UND	185	Vedante para torneira, bitola de 1/2", composto de pino de metal e vedação em PVC.
47	001.053.542	UND	215	Vedante para torneira, bitola de 3/4", composto de pino de metal e vedação em PVC.
48	001.054.669	UND	33	Adaptador com flange em PVC, 2".
49	001.007.226	UND	33	Adaptador com flange, PVC 1" e 1/2
50	001.007.879	UND	47	Adaptador de PVC com flange, diâmetro 25mm x 3/4"; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.
51	001.053.856	UND	37	Adaptador de PVC com flange, diâmetro de 32mm x 1"; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.
52	001.053.676	UND	37	Bucha de redução 50mm x 32mm (1.1/2" x 1"), longa, em PVC marrom.
53	001.054.811	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetro de 60 mm x 50 mm, cor marrom, 1ª linha.
54	001.053.510	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetros de 32mm x 25mm (1" x 3/4"), cor marrom, 1ª linha.
55	001.053.959	UND	61	Bucha de redução PVC marrom, de 25mm x 20mm (3/4" x 1/2"), 1ª linha.
56	001.053.538	UND	31	Cap de PVC rígido soldável, diâmetro de 50 mm, cor marrom, para utilização em instalação predial de água fria.
57	001.054.659	UND	27	Joelho de PVC 45° para esgoto, branco, 50 mm, 1ª linha.
58	001.054.973	UND	27	Joelho de PVC rígido, 45 graus, diâmetro 40 mm (1.1/2"), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.
59	001.053.106	UND	45	Luva azul 3/4.
60	001.007.779	UND	166	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (3/4), cor marrom.
61	001.007.646	UND	30	Luva de pvc, de correr, para esgoto, 40mm com 2 anéis de vedação
62	001.067.063	UND	31	Luva de redução; 50mm x 32mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.
63	001.053.744	UND	27	Luva de redução; 60mm x 50mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.
64	001.007.428	UND	55	Luva de união marrom 1 1/2" (50mm); soldável; 1ª linha.
65	001.053.955	UND	46	Luva PVC LR azul 1/2".
66	001.007.675	PÇ	28	Registro de esfera soldável em PVC; bitola 50mm (1 1/2); pressão máxima 10 kgf/cm²; 1ª linha.
67	001.053.929	UND	73	Reparo para válvula fabricar - completo 1 1/2"; 1ª linha.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

68	001.053.550	UND	58	Reparo para válvula hidra 1 ½"; 1ª linha.
69	001.053.962	UND	53	Reparo para válvula oriente - completo 1 ½"; 1ª linha.
70	001.007.640	UND	54	Te de PVC 40mm (1.1/2"), branco, para esgoto, 1ª linha.
71	001.053.809	UND	91	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
72	001.054.557	UND	22	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 60 mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
73	001.054.988	UND	34	TE de PVC roscável branco, 1/2.
74	001.054.987	UND	39	TE de PVC roscável branco, 3/4.
75	001.053.109	UND	274	Tubo de ligação bitola de 1.1/2 em plástico, do tipo ajustável com espude para uso em vasos sanitários, medindo 25cm.
76	001.053.812	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (2"), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.
77	001.053.237	UND	31	Bucha de redução de ferro galvanizado, diâmetro principal de 25mm (3/4"), diâmetro de redução de 20mm (1/2"), para utilização em instalações hidráulicas.
78	001.007.771	UND	36	Cotovelo 90° galvanizado 2".
79	001.007.772	UND	190	Cotovelo em PVC de 3/4" marrom, soldável.
80	001.053.336	UND	115	Curva de PVC 45°, soldável, cor marrom, 25mm, 1ª linha.
81	001.007.799	UND	20	Engate plástico de 1/2 x 0,50cm
82	001.067.080	UND	81	Joelho 45° PVC marrom soldável - 50mm.
83	001.007.118	UND	35	Joelho PVC 25mm x 1,2", azul.
84	001.053.942	UND	157	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
85	001.053.950	UND	76	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 32mm (1"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
86	001.007.491	UND	28	TE interno 90 polietileno: 1", azul.
87	001.053.117	BR	39	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (1.1/2"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.
88	001.067.078	UND	85	Joelho 45° PVC marrom soldável - 25mm.
89	001.067.079	UND	76	Joelho 45° PVC marrom soldável - 32mm.
90	001.053.790	UND	86	Joelho, 90 graus, PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
91	001.053.726	UND	148	Luva de PVC rígido, diâmetro 25mm (3/4"), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.
92	001.054.733	UND	35	Registro de gaveta, base 3/4".
93	001.053.851	UND	21	Adaptador de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (1") x 1", cor marrom, curto com bolsa e rosca registro, para ser utilizada em instalação predial de água fria.
94	001.053.421	FR	90	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água quente, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.
95	001.053.786	UND	71	Bucha de redução longa, de PVC rígido, diâmetros principais de 50mm x 40mm, cor branca, para ser usada em esgoto predial.
96	001.067.081	UND	84	Joelho Soldável Marrom 90° - 32mm.
97	001.054.990	UND	21	Joelho, 90° (graus), PVC rígido, soldável, diâmetro de 60mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.
98	001.053.330	UND	35	Luva de Correr de PVC soldável de 50mm, cor marrom, 1ª Linha.
99	001.007.601	UND	80	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 25mm (1"), cor marrom.
100	001.007.562	UND	73	Luva de PVC rígido, diâmetro 32mm (1"), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.
101	001.053.671	UND	85	Luva de PVC rígido, diâmetro 50mm (1.1/2"), soldável, cor marrom.
102	001.067.088	UND	17	Registro de gaveta 1 1/2", com acabamento - prata cromado.
103	001.067.089	UND	17	Registro de gaveta 1", com acabamento - prata cromado.
104	001.054.991	UND	80	Curva de PVC 90° (graus), soldável, longa, cor marrom, 50mm, 1ª linha.
105	001.053.091	UND	80	Curva PVC 90° soldável marrom 25mm
106	001.007.807	UND	50	Joelho Soldável Marrom 90° 25mm (liso)
107	001.053.040	UND	15	Registro de pressão cromado com acabamento 3/4"
108	001.067.096	UND	15	Registro de pressão 1.1/2" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.
109	001.067.097	UND	15	Registro de pressão 1" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.
110	001.007.653	BR	30	Tubo EG, em PVC, 100mm em barra com 6 metros.
111	001.053.842	UND	10	Vaso sanitário sifonado de louça branca.

O prazo da contratação será de 1 ano, podendo ser prorrogado conforme artigo 84 da Lei 14.133 de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

01 de abril de 2021.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação identificou-se as seguintes características:

I - a contratação deve ser com empresa cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido;

II - o fornecimento dos bens se constitui objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas;

III - existe ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos bens, conforme os requisitos estabelecidos neste estudo;

IV - em análises de contratações similares feitas por outros órgãos públicos, por meio de consultas a diversos editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim constatou-se que a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

I – IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Sobre a demanda em comento, após análises e pesquisas de mercado constatou-se que há tão somente a solução SIMPLES e ÚNICA por aquisição por itens de forma parcelada ou fornecimento integral do objeto com entrega única, por meio de empresas que atuam no ramo do objeto requerido, conforme segue:

Solução I: Aquisição de **produtos/materiais hidráulicos** pelo Sistema de Registro de Preços com entrega parcelada.

Solução II: Aquisição de **produtos/materiais hidráulicos** sem utilização do sistema de registro de preços com entrega única, formalizada em Contrato.

Diante das alternativas apresentadas, analisando os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a Solução I – aquisição produtos/materiais hidráulicos pelo Sistema de Registro de Preços com entrega parcelada, pois do ponto de vista qualitativo e econômico mostra-se viável o fornecimento fragmentado.

A **Solução II** de aquisição integral por formalização contratual apresenta desvantagens quanto ao armazenamento dos bens, em que requer espaço físico adequado para estocagem, bem como impacto no fluxo do recurso financeiro para o órgão público, posto isso, mostra-se inviável a aquisição dos itens sem utilização do sistema de Registro de Preços. Ressalta-se ainda mostrar-se não interessante no âmbito do município pois não apresenta possibilidade de realizar as aquisições de acordo com que a demanda requer prejudicando na oferta de serviços públicos.

Com a aplicabilidade da Solução I, essa possibilitará um controle mais efetivo quanto à distribuição dos bens a serem adquiridos, repercutindo no estímulo ao consumo sustentável e consciente. Salienta-se que esta solução tem sido utilizada no último pleito e tem se mostrado mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades das secretarias e unidades até o momento, não sendo viável implantar outra solução em caráter de experiência na obtenção de resultados.

Os bens almejados não possuem especificidades que impliquem na necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas diferenciadas a serem empregadas, tendo em vista a categoria em que são classificados não é preciso manutenção ou assistência técnica.

Considerando as características de utilização, as quantidades fundamentais para o período de 12 (doze) meses e os valores estimados, conclui-se que a melhor opção e a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva aquisição dos bens por meio de Pregão pelo sistema de registro de preços.

II - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução pretendida pela Administração é a contratação pelo Sistema de Registro de Preços de fornecimento de **Materiais Hidráulicos** em face da necessidade de garantir a manutenção e aprimoramento das estruturas prediais da Prefeitura do Município de Votuporanga/SP, com o fracionamento por item, na modalidade de licitação Pregão Eletrônico, com o critério de julgamento “menor Preço” em que cada item será disputado individualmente na licitação.

Os bens em questão estão objetivamente definidos, atendem às especificações usuais constantes no mercado e destinam-se a utilização pelas Secretarias Municipais e unidades da Administração e são produtos/materiais que não requer manutenção e assistência técnica.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

Utilizando-se do Sistema de Registro de preços este oferece vantagens significativas, como a flexibilidade na escolha dos itens, a entrega parcelada e a capacidade de adaptação a possíveis modificações de cronograma, porque convém a mais de uma Secretaria em situações distintas.

Salienta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado e não há a necessidade de outras contratações adicionais para a complementação desta.

O fornecedor deverá atender os requisitos e às normas técnicas pertinentes ao ofertado, garantindo assim a qualidade no fornecimento.

Em suma a aquisição centralizada e em maiores quantidades permite a obtenção de preços mais competitivos, resultando em economia de recursos públicos e atendimento à demanda de forma plena.

6 - ESTIMATIVA DE VALOR

Considerando as peculiaridades do objeto, segue estimativa de valores colecionada abaixo:

Item	Código	Unidade Medida	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	001.053.315	UND	106	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 25x3/4"	0,74	78,44
2	001.053.316	UND	90	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro 50x1 1/2"	3,91	351,90
3	001.007.552	PT	143	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água fria, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.	19,58	2.799,94
4	001.007.898	UND	168	Boia para caixa d'agua 1/2".	12,28	2.063,04
5	001.007.900	UND	184	Boia para caixa d'agua 3/4".	9,32	1.714,88
6	001.054.729	UND	51	Joelho 90° PVC 1" para esgoto 32 mm.	2,42	123,42
7	001.054.730	UND	50	Joelho 90° PVC 1/2" para esgoto 20 mm.	1,37	68,50
8	001.053.484	UND	36	Joelho de PVC rígido, 90 graus, diâmetro 100mm (4"), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.	6,13	220,68
9	001.053.010	PÇ	45	Joelho de pvc, para esgoto, 45° - 100mm, 1ª linha.	10,47	471,15
10	001.007.811	UND	64	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 20mm (1/2") x 1/2", cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.	1,91	122,24
11	001.054.734	UND	78	Luva com rosca de PVC rígido, diâmetro de 25 mm (3/4") x 1/2", cor marrom (soldável e com rosca) para ser utilizada em instalações prediais de água fria.	2,08	162,24
12	001.054.731	UND	81	Registro de Esfera Soldável 25 mm ou 3/4".	10,50	850,50
13	001.054.095	UND	365	Sifão flexível, de polipropileno, acabamento PVC, sanfonado universal, múltiplo uso (lavatório, pias e tanques), com bitola de saída adaptável para 50mm e 40mm, entrada adaptável para 1", 1.1/4" e 1.1/2".	6,99	2.551,35
14	001.053.158	UND	68	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2"), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	1,21	82,28
15	001.053.533	UND	46	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 20mm (1/2") x 1/2", cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.	8,39	385,94
16	001.007.855	UND	64	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 25mm (3/4") x 1/2", cor azul, com bucha de latão rosqueável, para utilização em instalações prediais de água fria.	10,30	659,20
17	001.007.794	UND	66	Tubo de esgoto PVC, branco, 3" (barra) 75mmx6m	55,37	3.654,42
18	001.053.972	BR	47	Tubo de PVC marrom, soldável, de 32mm (1"), em barra de 6 metros, 1ª linha.	40,55	1.905,85
19	001.053.418	BR	20	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 20mm (1/2"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.	19,86	397,20
20	001.053.943	BR	91	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4"), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.	24,69	2.246,79
21	001.007.009	MT	50	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 40mm (1.1/2"), cor branca, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.	6,51	325,50
22	001.053.936	UND	65	Válvula plástica para lavatório; com unho; cor branca; bitola 1" (7/8"); 1ª linha.	8,14	529,10



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

23	001.053.384	UND	106	Válvula tipo americana cromada para pia.	14,02	1.486,12
24	001.053.804	UND	80	Kit reparo completo para válvula de descarga 1.1/2' marca Docol.	56,97	4.557,60
25	001.054.039	UND	167	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação DOCOL.	62,09	10.369,03
26	001.053.815	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 100mm (4'), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.	97,54	4.584,38
27	001.054.828	UND	50	Cotovelo em PVC, na cor azul, 3/4 para 1/2", com rosca de metal, 1ª linha.	7,61	380,50
28	001.007.964	UND	30	Plug em PVC, de 1/2' com rosca, 1ª linha.	1,24	37,20
29	001.053.176	UND	20	Plug em PVC, de 3/4' com rosca, 1ª linha.	1,88	37,60
30	001.053.081	RL	137	Fita veda rosca 18mm x 50m (compatível com Polytubes MA 035).	4,16	569,92
31	001.007.627	UND	105	Ligação flexível de PVC, 50cm de comprimento, bitola 1/2', com niple de 1/2' e 02 borrachas de vedação (sem canopla), cor branca, para instalação hidráulica de lavatório, utilizada para água fria.	9,15	960,75
32	001.007.135	UND	49	Mecanismo de entrada de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 263mm; 1ª linha.	56,40	2.763,60
33	001.007.136	UND	69	Mecanismo de saída de água para caixa de descarga acoplada (compatível com o modelo Incepa); com 243mm e 90mm; 1ª linha.	39,65	2.735,85
34	001.054.732	UND	42	Registro de Esfera Soldável 20 mm ou 1/2".	9,33	391,86
35	001.007.996	UND	36	Registro de gaveta em ferro 3/4 com acabamento.	52,95	1.906,20
36	001.053.966	UND	81	Reparo para válvula docol - completo 1 1/2"; 1ª linha.	52,45	4.248,45
37	001.053.369	UND	29	Sifão Sanfonado Universal Triplo; indicado nas ligações de pias de cozinha, armários de banheiros, lavatórios e tanques; fabricado em polipropileno (não aderente a gordura); pode ser facilmente retirado para limpeza; disponível com anel plástico ou anel metal; DN 38 - para diâmetro interno de tubo de 40; DN 40 - para bolsa de conexão de esgoto de 40; DN 48 - para diâmetro interno de tubo de 50; DN 50 - para bolsa de conexão de esgoto 50; disponível nas cores branco e prata; 1ª linha.	19,37	561,73
38	001.053.125	UND	50	Tubo de ligação cromado para acabamento vaso sanitário.	21,79	1.089,50
39	001.067.092	UND	107	Válvula para lavatório de metal com tampa; acabamento cromado; comprimento: 7cm x diâmetro: 5,5 cm; rosca 7/8; acompanha borrachas de vedação.	26,82	2.869,74
40	001.054.896	UND	121	Engate flexível em aço inox, 1/2 polegada com canopla, para entrada de água, comprimento de 60cm.	33,18	4.014,78
41	001.067.082	UND	156	Sifão sanfonado PVC, com copo universal ajustável flexível, branco.	23,53	3.670,68
42	001.067.027	UND	129	Acabamento de plástico para válvula de descarga, fabricação HIDRA.	69,82	9.006,78
43	001.053.110	UND	84	Anel de vedação para saída de vaso sanitário. Composição: cera a base de petróleo, reforçado com uretano e polietileno; com guia de instalação.	9,08	762,72
44	001.053.524	UND	111	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 1/2', cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.	3,38	375,18
45	001.053.832	UND	54	Tampão de PVC roscável, diâmetro de 3/4', cor branca, para ser utilizado em instalações hidráulicas de água fria.	2,10	113,40
46	001.053.946	UND	185	Vedante para torneira, bitola de 1/2', composto de pino de metal e vedação em PVC.	1,83	338,55
47	001.053.542	UND	215	Vedante para torneira, bitola de 3/4', composto de pino de metal e vedação em PVC.	1,02	219,30
48	001.054.669	UND	33	Adaptador com flange em PVC, 2".	56,95	1.879,35
49	001.007.226	UND	33	Adaptador com flange, PVC 1' e 1/2	30,76	1.015,08
50	001.007.879	UND	47	Adaptador de PVC com flange, diâmetro 25mm x 3/4'; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.	13,28	624,16



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

51	001.053.856	UND	37	Adaptador de PVC com flange, diâmetro de 32mm x 1' ; cor marrom; rígido soldável; para caixa d'água, para ser utilizado em instalação predial de água fria.	17,61	651,57
52	001.053.676	UND	37	Bucha de redução 50mm x 32mm (1.1/2' x 1'), longa, em PVC marrom.	8,04	297,48
53	001.054.811	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetro de 60 mm x 50 mm, cor marrom, 1ª linha.	9,61	297,91
54	001.053.510	UND	31	Bucha de redução de PVC, soldável, diâmetros de 32mm x 25mm (1' x 3/4'), cor marrom, 1ª linha.	0,89	27,59
55	001.053.959	UND	61	Bucha de redução PVC marrom, de 25mm x 20mm (3/4' x 1/2'), 1ª linha.	1,08	65,88
56	001.053.538	UND	31	Cap de PVC rígido soldável, diâmetro de 50 mm, cor marrom, para utilização em instalação predial de água fria.	6,34	196,54
57	001.054.659	UND	27	Joelho de PVC 45° para esgoto, branco, 50 mm, 1ª linha.	3,27	88,29
58	001.054.973	UND	27	Joelho de PVC rígido, 45 graus, diâmetro 40 mm (1.1/2'), cor branca, para utilização em instalações de esgoto predial.	2,89	78,03
59	001.053.106	UND	45	Luva azul 3/4.	7,43	334,35
60	001.007.779	UND	166	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (3/4), cor marrom.	3,33	552,78
61	001.007.646	UND	30	Luva de pvc, de correr, para esgoto, 40mm com 2 anéis de vedação	9,96	298,80
62	001.067.063	UND	31	Luva de redução; 50mm x 32mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.	6,03	186,93
63	001.053.744	UND	27	Luva de redução; 60mm x 50mm; soldável; em PVC marrom; 1ª linha.	16,80	453,60
64	001.007.428	UND	55	Luva de união marrom 1 1/2' (50mm); soldável; 1ª linha.	43,48	2.391,40
65	001.053.955	UND	46	Luva PVC LR azul 1/2'.	7,71	354,66
66	001.007.675	PÇ	28	Registro de esfera soldável em PVC; bitola 50mm (1 1/2); pressão máxima 10 kgf/cm²; 1ª linha.	30,34	849,52
67	001.053.929	UND	73	Reparo para válvula fabrimar - completo 1 1/2"; 1ª linha.	60,31	4.402,63
68	001.053.550	UND	58	Reparo para válvula hidra 1 1/2"; 1ª linha.	57,97	3.362,26
69	001.053.962	UND	53	Reparo para válvula oriente - completo 1 1/2"; 1ª linha.	62,93	3.335,29
70	001.007.640	UND	54	Te de PVC 40mm (1.1/2'), branco, para esgoto, 1ª linha.	5,73	309,42
71	001.053.809	UND	91	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	11,78	1.071,98
72	001.054.557	UND	22	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro de 60 mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	28,95	636,90
73	001.054.988	UND	34	TE de PVC roscável branco, 1/2.	9,05	307,70
74	001.054.987	UND	39	TE de PVC roscável branco, 3/4.	8,33	324,87
75	001.053.109	UND	274	Tubo de ligação bitola de 1.1/2 em plástico, do tipo ajustável com espude para uso em vasos sanitários, medindo 25cm.	13,56	3.715,44
76	001.053.812	BR	47	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (2'), cor branca, barra com 6 metros, para utilização em instalação de esgoto predial, 1ª linha.	58,82	2.764,54
77	001.053.237	UND	31	Bucha de redução de ferro galvanizado, diâmetro principal de 25mm (3/4'), diâmetro de redução de 20mm (1/2'), para utilização em instalações hidráulicas.	7,78	241,18
78	001.007.771	UND	36	Cotovelo 90° galvanizado 2".	42,53	1.531,08
79	001.007.772	UND	190	Cotovelo em PVC de 3/4" marrom, soldável.	0,95	180,50
80	001.053.336	UND	115	Curva de PVC 45°, soldável, cor marrom, 25mm, 1ª linha.	2,61	300,15
81	001.007.799	UND	20	Engate plástico de 1/2 x 0,50cm	8,25	165,00
82	001.067.080	UND	81	Joelho 45° PVC marrom soldável - 50mm.	9,36	758,16
83	001.007.118	UND	35	Joelho PVC 25mm x 1,2', azul.	4,91	171,85
84	001.053.942	UND	157	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 25mm (3/4'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	2,50	392,50



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

85	001.053.950	UND	76	Te de PVC rígido, soldável, diâmetro 32mm (1'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	7,43	564,68
86	001.007.491	UND	28	TE interno 90 politileno: 1', azul.	4,62	129,36
87	001.053.117	BR	39	Tubo de PVC rígido, soldável, diâmetro 50mm (1.1/2'), cor marrom, barra com 6 metros, para utilização em instalações prediais de água fria, 1ª linha.	53,74	2.095,86
88	001.067.078	UND	85	Joelho 45° PVC marrom soldável - 25mm.	1,96	166,60
89	001.067.079	UND	76	Joelho 45° PVC marrom soldável - 32mm.	4,68	355,68
90	001.053.790	UND	86	Joelho, 90 graus, PVC rígido, soldável, diâmetro de 50mm (1.1/2'), cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	10,00	860,00
91	001.053.726	UND	148	Luva de PVC rígido, diâmetro 25mm (3/4'), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.	5,31	785,88
92	001.054.733	UND	35	Registro de gaveta, base 3/4".	48,37	1.692,95
93	001.053.851	UND	21	Adaptador de PVC rígido soldável, diâmetro de 32mm (1') x 1', cor marrom, curto com bolsa e rosca registro, para ser utilizada em instalação predial de água fria.	8,53	179,13
94	001.053.421	FR	90	Adesivo para soldagem de tubos e conexões de PVC de água quente, acondicionado em pote/frasco de 175g, com pincel aplicador.	39,80	3.582,00
95	001.053.786	UND	71	Bucha de redução longa, de PVC rígido, diâmetros principais de 50mm x 40mm, cor branca, para ser usada em esgoto predial.	4,36	309,56
96	001.067.081	UND	84	Joelho Soldável Marrom 90° - 32mm.	2,96	248,64
97	001.054.990	UND	21	Joelho, 90° (graus), PVC rígido, soldável, diâmetro de 60mm, cor marrom, para utilização em instalações prediais de água fria.	27,02	567,42
98	001.053.330	UND	35	Luva de Correr de PVC soldável de 50mm, cor marrom, 1ª Linha.	38,78	1.357,30
99	001.007.601	UND	80	Luva de PVC rígido soldável, diâmetro de 25mm (1'), cor marrom.	1,82	145,60
100	001.007.562	UND	73	Luva de PVC rígido, diâmetro 32mm (1'), cor marrom, de correr, para tubo soldável, para utilização em instalações prediais de água fria.	6,62	483,26
101	001.053.671	UND	85	Luva de PVC rígido, diâmetro 50mm (1.1/2'), soldável, cor marrom.	8,07	685,95
102	001.067.088	UND	17	Registro de gaveta 1 1/2", com acabamento - prata cromado.	72,38	1.230,46
103	001.067.089	UND	17	Registro de gaveta 1", com acabamento - prata cromado.	70,21	1.193,57
104	001.054.991	UND	80	Curva de PVC 90° (graus), soldável, longa, cor marrom, 50mm, 1ª linha.	13,12	1.049,60
105	001.053.091	UND	80	Curva PVC 90° soldável marrom 25mm	3,21	256,80
106	001.007.807	UND	50	Joelho Soldável Marrom 90° 25mm (liso)	2,94	147,00
107	001.053.040	UND	15	Registro de pressão cromado com acabamento 3/4'	71,11	1.066,65
108	001.067.096	UND	15	Registro de pressão 1.1/2" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.	172,25	2.583,75
109	001.067.097	UND	15	Registro de pressão 1" – liga de cobre, lugares de colocação: parede e cavalete, sistema de acionamento rotativo.	78,90	1.183,50
110	001.007.653	BR	30	Tubo EG, em PVC, 100mm em barra com 6 metros.	113,65	3.409,50
111	001.053.842	UND	10	Vaso sanitário sifonado de louça branca.	269,70	2.697,00
VALOR ESTIMADO					R\$ 143.459,05	

O valor total estimado para aquisição é de **R\$ 143.459,05** (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos).

Os valores em questão foram obtidos em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/21, especialmente no seu Art. 23, em consonância com Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 Art. 45, que estabelece os critérios para estimativa prévia do valor da contratação, considerando a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado e a observância dos parâmetros:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

MÉTODO MATEMÁTICO APLICADO: MÉDIA

Obs: Todos os documentos utilizados na pesquisa de preços estão disponíveis e relacionados no 1doc 6060/2024.

7 - PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O presente objeto admite parcelamento, razão pela qual a licitação é tecnicamente viável e economicamente vantajosa ser realizada pelo critério de julgamento de **menor preço por item na modalidade Pregão Eletrônico no sistema de Registro de Preços**. Nesse formato é possível propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

8 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com a contratação o fornecimento de materiais/produtos hidráulicos para atender as demandas da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, sem a necessidade de adquirir novos equipamentos e alterar as estruturas existentes, portanto gerando uma economicidade de tempo, recursos financeiros, humanos e estruturais.

Desta forma com a compra dos itens para diversas áreas em um único processo licitatório permite a negociação mais vantajosa com as empresas interessadas no certame, promovendo economia de recursos financeiros públicos.

9 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS E CONTRATAÇÕES

Para a referida contratação por Ata de Registro de Preços não há necessidade de capacitação de servidores para a realização da fiscalização dos itens a ser adquiridos, pois são produtos/materiais comuns, com definição específica dos padrões de qualidade.

Pelas características do objeto, não será necessária adequação do ambiente organizacional.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá necessidades de contratações correlatas ou interdependentes, sendo a solução apresentada suficiente para satisfação da demanda.

11 - DEMONSTRATIVO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Foi realizada consulta para verificar se o objeto pretendido foi previsto no planejamento anual da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE e constatou-se que a aquisição dos bens está alinhada com os objetivos estratégicos e as prioridades estabelecidas no Plano Anual de Contratações – PAC, indo ao encontro das prioridades de cada unidade, não apresentando conflitos.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Durante o processo de aquisição e utilização dos materiais, podem ocorrer alguns impactos ambientais, tais como:

- Geração de resíduos sólidos provenientes da embalagem dos produtos;
- Emissões de gases poluentes decorrentes do transporte dos materiais;
- Consumo de recursos naturais na fabricação dos produtos.

Para mitigar esses impactos, serão adotadas as seguintes medidas:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

- Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis em suas operações, como reciclagem de embalagens e utilização de frota de transporte com baixa emissão de poluentes;
- Estímulo ao uso de produtos com certificações ambientais, que comprovem sua procedência sustentável e redução de impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida;
- Implementação de programas de descarte responsável de resíduos, visando a reciclagem e destinação adequada dos materiais após o uso.

O estudo técnico preliminar revela que a contratação não está prevista para trazer impactos ambientais significativos.

13 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Na fase de planejamento da contratação:

Há risco no caso de falta ou incorreção do estudo técnico preliminar com risco de violação da lei de licitações e contratos, desaprovação da contratação pela Controladoria Geral do Município, escolha equivocada da modalidade de licitação, contratos ineficazes que não atendem às necessidades da administração, desperdício de recursos públicos, como dinheiro e pessoal, impossibilidade de contratar devido a irregularidades, falta de satisfação das necessidades que motivaram a contratação, especificações restritivas inadequadas, redução da competição, aumento indevido dos custos da contratação.

Análise do risco: Probabilidade média, Impacto alto, Estratégia evitar.

Tratamento: Elaborar o estudo técnico preliminar observando todos os requisitos previstos em lei e que são aplicáveis ao caso concreto.

Ação de contingência: Devolver os autos para inclusão do documento caso não exista ou readequar conforme a lei.

Se houver falha na estimativa de custo, com previsão orçamentária insuficiente para cobrir os custos da contratação; licitação deserta na hipótese de estimativa apresentar valores inexequíveis; aceitação de propostas com sobrepreços; aceitação de propostas com valores inexequíveis; ofensa à margem de preferência para ME e EPP previsto na LC 126/2003; prejuízo ao erário.

Análise do risco: Probabilidade média, Impacto extremo, Estratégia evitar.

Tratamento: Realizar pesquisa de preços na forma da lei.

Ação de contingência: Devolver os autos para inclusão do documento caso não exista ou readequar conforme a lei.

Na fase de seleção de fornecedor:

Se houver impugnações e/ou interposição de recursos há risco de atraso no processo licitatório; impossibilidade de contratação, revogação ou anulação do certame, aumento de custos, instabilidade do contrato, perda de fornecedores qualificados, diminuição da confiança no processo de licitação, retrabalho das unidades.

Análise do risco: Probabilidade média, Impacto extremo, Estratégia mitigar.

Tratamento: Seguir estritamente a legislação, adotar medidas de transparência, permitir e responder a perguntas e esclarecimentos, prever objetividade na avaliação das propostas, tratar os licitantes de maneira igualitária, definir critérios de desempate claros, justificativas claras para desclassificação.

Ação de contingência: Responder pedidos de esclarecimento, suspender o certame e sanar as irregularidades.

Na fase de gestão contratual:

Verificação de baixa qualificação técnica da empresa selecionada há risco de execução irregular do objeto licitado, baixa qualidade do objeto fornecido, rescisão antecipada do contrato, revogação ou anulação do certame, licitação fracassada, retrabalho das unidades.

Análise do risco: Probabilidade média, Impacto extremo, Estratégia aceitar.

Tratamento: Análise criteriosa da habilitação jurídica, verificação de impedimentos de contratar com a Administração, inclusão de critérios claros quanto as exigências de regularidade fiscal, social e trabalhista e exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira.

Ação de contingência: Verificação de documentação, fiscalização de contrato diligente, notificação quanto às irregularidades, penalização da empresa através de processo administrativo.

Há risco de descumprimento de condições e obrigações previstas no edital e anexos, com a execução irregular do objeto licitado, baixa qualidade do objeto fornecido, não entrega do objeto, entrega fora dos prazos estabelecidos, rescisão antecipada do contrato/Ata.

Análise do risco: Probabilidade média, Impacto extremo, Estratégia evitar.

Tratamento: Análise criteriosa da habilitação jurídica, verificação de impedimentos de contratar com a Administração, inclusão de critérios claros quanto as exigências de regularidade fiscal, social e trabalhista e exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

Ação de contingência: Fiscalização de contrato diligente, notificação quanto às irregularidades, penalização da empresa através de processo administrativo.

Diante dos riscos apresentados, não será exigida a garantia contratual, pois seria uma medida desproporcional para a referida contratação, que possui outros meios de exigência da execução do contrato.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação por ata de registro de Preços para aquisição de itens de **Materiais Hidráulicos** com entrega parcelada, durante o período previsto de 12 (doze) meses, mostra-se fundamentadamente essencial. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação da solução apresentada, visto que, atende à demanda apresentada e é viável técnica e economicamente, além de atender ao interesse público.

Votuporanga/SP, 02 de julho 2024.

ANDRÉA LARIDONDO ZUCARELI SANTANA

Chefe de Departamento de Compras, Licitações e Contratos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ANEXO II

DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA – SP

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2024 - PROCESSO Nº 222/2024

A Empresa, devidamente inscrita no CNPJ nº com endereço na Rua/Av....., nº, CEP:..... na cidade de Estado, por intermédio de seu representante/procurador legal, o(a) Sr(a), inscrito(a) no CPF nº e RG nº, **DECLARA** expressamente:

- a) que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
 - b) que não está declarado inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal;
 - c) que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
 - d) que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
 - e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
 - f) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21);
 - g) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- **No caso de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), DECLARAR ainda:**
- a) **Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional:** de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal (assinada por seu representante legal e **TAMBÉM POR CONTADOR HABILITADO**).
 - b) não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.
 - c) que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

Local e Data.

(Assinatura, RG e CPF do Declarante)

Representante Legal e/ou Procurador e Contador (conforme o caso)

Obs1: Nos casos em que o Licitante não se enquadre como **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) RETIRAR da DECLARAÇÃO UNIFICADA as declarações relativas a esta condição.**

Obs2.: A declaração unificada deverá ser preenchida, preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente, datada e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024 - PROCESSO Nº ---/2024

Aos -- (----) dias do mês de ---- do ano ----, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024 - PROCESSO Nº ---/2024**, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 15.631/2023 alterado pelo Decreto Municipal nº 15.640/23, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a DETENTORA DA ATA, a empresa inscrita no CNPJ nº, estabelecida na Rua/Avenida....., nº, bairro, CEP, representada por seu(sua) Sócio(a), Sr(a) portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no CPF nº.....

1 - DO OBJETO

1.1. Consideram-se registrados os preços da DETENTORA DA ATA acima qualificada, para fornecimento de **Materiais Hidráulicos** para diversas Secretarias, durante o período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações abaixo, e conforme Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024 - PROCESSO Nº ---/2024** e seus anexos, inclusive **Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP**, proposta apresentada, e eventuais anexos dos documentos supracitados, que para todos os efeitos de direito, é parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição.

ITEM	CÓDIGO	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	MARCA	UNIT	TOTAL
01					(se for o caso)		

1.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. A DETENTORA DA ATA deverá realizar a entrega do objeto licitado para as diversas Secretarias do Município de Votuporanga/SP e unidades envolvidas, por período de 12 meses e de forma parcelada, após a Assinatura da Ata de Registro de Preços, **no prazo estipulado por cada área**, conforme a necessidade de cada requisitante, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos, local(is) e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e desta Ata de Registro de Preços.

2.2. A realização de toda e qualquer entrega é por conta e risco da DETENTORA DA ATA bem como as despesas decorrentes do seu fornecimento.

2.3. As entregas dos bens deverão ser realizadas dentro do horário que cada Secretaria Municipal e as unidades requisitarem, acompanhados das respectivas notas fiscais e garantias.

3 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. A Administração Municipal fiscalizará obrigatoriamente a entrega dos bens/produtos licitados, a fim de verificar se estão de acordo com as especificações e demais requisitos previstos no Edital e seus anexos, Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, proposta e nesta Ata de Registro de Preços, por funcionário responsável competente para tanto.

3.2. Havendo rejeição dos bens/produtos, no todo ou em parte, a DETENTORA DA ATA deverá substituí-los, no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas estabelecidas pela Lei Federal Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações e Código de Defesa do Consumidor.

3.3. A Prefeitura se reserva o direito de recorrer a DETENTORA DA ATA em caso de verificação posterior de irregularidades ou má qualidade dos bens/produtos ofertados.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5 - DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

6 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observado o quantitativo máximo previsto *no edital*.

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital e quando houver o cancelamento do registro de preços do licitante nas hipóteses previstas no item 10, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**.

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11 - DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a DETENTORA DA ATA que:

- a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não assinar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a formalização, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando a DETENTORA DA ATA der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21))

IV. **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor da Ata de Registro de Preços celebrada, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

(2) moratória de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da Ata de Registro de Preços executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata;

(3) moratória de 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor da Ata de Registro de Preços executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços;

(3a) Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora da Ata de Registro de Preços deve notificar a DETENTORA DA ATA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la;

(4) moratória de 3% (três por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo da Ata;

b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
 - g) utilizar as dependências da Administração para fins diversos do objeto da Ata de Registro de Preços;
 - h) tolerar, no cumprimento da Ata de Registro de Preços, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - k) deixar de repor funcionários faltosos;
 - l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços nas datas avençadas;
 - o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- (5)** moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou do valor estimado da contratação, na hipótese da DETENTORA DA ATA entregar o objeto licitado em desacordo com as especificações, condições e qualidade licitadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- (6)** moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou do valor estimado da contratação, quando a DETENTORA DA ATA ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- (7)** moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços em caso de inexecução parcial definitiva do objeto da Ata de Registro de Preços;
- (8)** moratória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;
- (9)** compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.3. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, a unidade gestora da Ata de Registro de Preços deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo(a) Gestor(a)/Fiscal da Ata de Registro de Preços, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 11.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).
- 11.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).
- 11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21).
- 11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração para DETENTORA DA ATA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a DETENTORA DA ATA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159, da Lei nº 14.133/21).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

11.9. A personalidade jurídica da DETENTORA DA ATA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a DETENTORA DA ATA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

11.10. A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/21).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata de Registro de Preços.

11.13. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023),

11.14. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas para cancelamento de registro de preços, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro.

12 - FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA.

12.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.2. PRAZO DE PAGAMENTO

12.2.1. Será em até 10 dias úteis após o prazo para liquidação, conforme consta no Termo de Referência.

12.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO atestar a execução do objeto do(a) contrato/Ata.

12.2.3. No caso de atraso pelo CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO, os valores devidos para a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

12.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

12.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

12.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato/ATA e da CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

12.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO;

12.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

12.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO.

12.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.3.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá adotar as medidas necessárias à rescisão/cancelamento contratual/ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA a ampla defesa.

12.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato/cancelamento da ata, caso a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.3.12. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.3.13. Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do IRRF conforme previsto na IN/RFB nº 1.234/12, fixado pela decisão do STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) **e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.**

12.4. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

12.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

12.5. CESSÃO DE CRÉDITO

12.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

12.5.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO.

12.5.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA/DETENTORA DA ATA) pela execução do objeto, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à ADMINISTRAÇÃO/CONTRATANTE, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

13.1. Para atender as despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2024, através da Lei nº 7.045, de 05 de dezembro de 2023, a seguinte dotação orçamentária:

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL	CATEGORIA ECONÔMICA	FR	C APLIC
168	02.03.01 04.122.0005.2016	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
181	02.03.01 04.122.0005.2017	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
194	02.03.01 04.122.0005.2019	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
261	02.04.02 12.361.0006.2024	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	220.000
355	02.04.03 12.365.0007.2031	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	213.000
527	02.06.04 23.691.0013.2041	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
630	02.09.04 27.812.0017.2057	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
763	02.11.01 04.122.0019.2066	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
813	02.13.01 10.301.0022.2075	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	310.000



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

988	02.14.02	13.392.0010.2089	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1163	02.17.00	08.244.0038.2104	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	510.000
1352	02.23.01	14.244.0040.2121	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1419	02.25.02	15.452.0028.2070	33903024	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000

13.2. Recursos Financeiros:

FONTE	1	TESOURO
Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL
Cod. Aplic.	510.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

13.3. Os recursos para 2025 serão alocados nas Peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

14 - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da Ata de Registro de Preços que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração/CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. A CONTRATANTE/Administração poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE/Administração, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos/Ata de Registro de Preços, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração/CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato/Ata de Registro de Preços está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos/Atas de Registro de Preços e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024 - PROCESSO Nº ---/2024** e seus Anexos, inclusive Termo de Referência – Anexo I e seu apêndice Estudo Técnico Preliminar - ETP com os termos aditados e a proposta da Detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

16 - FORO

16.1 - As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Votuporanga - SP, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Prefeito do Município de Votuporanga/SP, e pelo(a) Sr(a). -----, qualificado(a) preambularmente, representando a Detentora e testemunhas.

ANDRÉA ISABEL DA SILVA THOMÉ

Secretária Municipal da Administração

Empresa Detentora da ATA
Representante

Testemunhas:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ANEXO IV RELAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ANEXO V

21. MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA E A EMPRESA -----

22. CONTRATO nº XXX/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA**, pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na rua Pará nº 3227, nesta cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 46.599.809/0001-82, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **JORGE AUGUSTO SEBA**, portador do RG nº XXXXXXXXXX SSP/SP e do CPF nº XXXXXXXX, brasileiro, casado, Arquiteto e Urbanista, com residência e domicílio na XXXXXXXXX, nº XXXX, XXXXX, nesta cidade de XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na, em, neste ato representada por (nome e função do representante), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é oriundo da **Ata de Registro de Preços** para fornecimento de **Materiais Hidráulicos** para diversas Secretarias, durante o período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações abaixo, e conforme Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024 - PROCESSO Nº ---/2024** e seus anexos, inclusive **Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP**, Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, e eventuais anexos dos documentos supracitados, que para todos os efeitos de direito, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

ITEM	CÓDIGO	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	MARCA	UNIT	TOTAL
01					(se for o caso)		

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

1.3. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto licitado constam no Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP do Edital do certame.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

1.5. PREÇO

1.5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

1.5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

1.6. FORMA DE PAGAMENTO

1.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

1.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

1.7. PRAZO DE PAGAMENTO

1.7.1. Será em até 10 dias úteis após o prazo para liquidação, conforme consta no Termo de Referência.

1.7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

1.7.3. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos para a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

1.8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.8.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

1.8.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

1.8.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e da CONTRATANTE;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

1.8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

1.8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

1.8.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

1.8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.8.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

1.8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.8.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.8.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.8.12. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

1.8.13. Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do IRRF conforme previsto na IN/RFB nº 1.234/12, fixado pela decisão do STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) **e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.**

1.9. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

5.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

1.10. CESSÃO DE CRÉDITO

1.10.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

1.10.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

1.10.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

1.10.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração/Contratante, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

1.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.12. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

1.13. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.14. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.15. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.16. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1.19. São obrigações da CONTRATANTE:

1.19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;

1.19.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.19.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

1.19.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

1.19.6. Aplicar à CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

1.19.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

1.19.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.20. A Administração/CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.21. A CONTRATADA deverá realizar a entrega do objeto licitado para as diversas Secretarias do Município de Votuporanga/SP e unidades envolvidas, após a Assinatura do Contrato, por período de 12 meses, de forma parcelada, **no prazo estipulado por cada área**, conforme a necessidade de cada requisitante, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e deste Contrato.

1.22. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.22.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

1.22.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.22.3. comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.22.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.22.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.22.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.22.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.22.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a CONTRATANTE;

1.22.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.22.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.22.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

1.22.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

1.22.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1.22.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.22.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.22.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

1.22.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.22.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

1.22.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.22.20. Submeter previamente, por escrito, para a CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.22.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração/CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração/CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

1.23. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.24. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração/CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.25. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21))
 - IV. **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
 - (2) moratória de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
 - (3) moratória de 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
 - (3a) Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la;
 - (4) moratória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração/CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da CONTRATANTE;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
 - g) utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;
 - h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela CONTRATANTE;
 - k) deixar de repor funcionários faltosos;
 - l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
 - o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
 - (5) moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, na hipótese da CONTRATADA entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
 - (6) moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, quando a CONTRATADA ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;
 - (7) moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial definitiva do objeto do contrato;
 - (8) moratória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - (9) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

1.26. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, a unidade gestora da contratação deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo(a) Gestor(a) de Contratos, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

1.27. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

1.28. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

1.28.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

1.28.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE para CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.28.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.29. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.30. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.31. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159, da Lei nº 14.133/21).

1.32. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

1.33. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/21).

1.34. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1.35. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

1.35.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

1.35.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

1.35.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

1.36. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.36.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

1.36.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.36.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.37. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1.37.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.37.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.37.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.38. Para atender as despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2024, através da Lei nº 7.045, de 05 de dezembro de 2023, a seguinte dotação orçamentária:

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL	CATEGORIA ECONÔMICA	FR	C APLIC
168	02.03.01 04.122.0005.2016	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
181	02.03.01 04.122.0005.2017	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
194	02.03.01 04.122.0005.2019	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
261	02.04.02 12.361.0006.2024	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	220.000
355	02.04.03 12.365.0007.2031	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	213.000
527	02.06.04 23.691.0013.2041	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
630	02.09.04 27.812.0017.2057	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
763	02.11.01 04.122.0019.2066	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
813	02.13.01 10.301.0022.2075	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	310.000
988	02.14.02 13.392.0010.2089	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1163	02.17.00 08.244.0038.2104	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	510.000
1352	02.23.01 14.244.0040.2121	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000
1419	02.25.02 15.452.0028.2070	33903024 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1	110.000

1.39. Recursos Financeiros:

FONTE	1	TESOURO
Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades/f
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL
Cod. Aplic.	510.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

13.3. Os recursos para 2025 serão alocados nas peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

1.40. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.41. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.42. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.43. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

1.44. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.45. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

1.46. É eleito o Foro da Comarca de Votuporanga, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e combinadas, as partes contratantes firmam o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

Votuporanga, -- de ----- de 2024.

PELA CONTRATANTE:

JORGE AUGUSTO SEBA
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024 - PROCESSO Nº ---/2024

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Contratada:

Contrato nº ---/2024

Objeto:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade da contratada manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Votuporanga, -- de ---- de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Jorge Augusto Seba - Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

RESPONSÁVEL PELA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Jorge Augusto Seba - Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela CONTRATANTE:

Jorge Augusto Seba

Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Jorge Augusto Seba

Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

FISCAL(AIS) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - www.votuporanga.sp.gov.br

ANEXO VI MINUTA DA NOTA DE EMPENHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024 - PROCESSO Nº ---/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA Estado de São Paulo SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA									
NOTA DE EMPENHO									
Nº do Empenho/Tipo					Recurso				
Órgão				Unidade Orçamentária					
Dotação					Nº da Conta				
Credor									
Endereço				Fone		Cidade		UF	
Licitação		Número	Solicitação	Proc. Compra		Emissão		Vencimento	
Valor Orçado		Saldo Anterior		Valor do Empenho			Saldo Atual		
Item	Quant.	Und.	Especificação			Valor Unitário		Valor Total	
Local de Entrega						TOTAL GERAL			
_____ Contador _____ Secretário Municipal da Fazenda				RECIBO Recebi(emos) da Tesouraria da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, a importância acima especificada em moeda corrente do País. _____ de _____ de _____ _____ Credor					
ORDEM DE PAGAMENTO Pague-se ao favorecido o valor acima especificado proveniente desta Nota de Empenho _____/_____/_____ _____ Ordenador de Despesa				Pago em: ____/____/____ Banco: _____ Conta nº _____ Cheque nº _____ _____ Tesoureiro					